

FAMÍLIA, CASA E FORTUNA: OS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS EM SÃO PAULO (1765-1836)

Ana Silvia Volpi SCOTT

ABSTRACTS

Através da utilização das Listas Nominativas de Habitantes como fonte documental básica, foram analisadas as famílias proprietárias de grandes escravarias (40 ou mais escravos) de duas regiões da Capitania-Província de São Paulo (Brasil). Estudou-se não só seu comportamento demográfico (fecundidade e nupcialidade) –diferente em muitos aspectos do restante da população–, mas também a dinâmica do agregado doméstico ao longo do período. Especial atenção foi dada à questão da formação e consolidação das fortunas daquelas famílias, que estava intimamente relacionada às estratégias familiares que possibilitaram a manutenção e expansão do grupo. Neste sentido, o casamento revelou-se como um importante instrumento utilizado pelas famílias proprietárias de grandes escravarias para estender suas relações familiares, sociais e até comerciais com integrantes do mesmo grupo social, seja na perspectiva local da vila e da região ou até mesmo à nível da Capitania de São Paulo ou fora dela.

Using List of Inhabitants as mainly source, the article analyses the families of the greatest slave-owners (40 or more slaves) for two regions of the Captaincy-Province of São Paulo (Brazil), 1756-1836. It was privileged aspects of their demographic behaviour (fertility and nuptiality) –in many aspects different from the whole population– as well as the evolution of their households in a longitudinal perspective. Another point analysed was the formation and consolidation of family fortunes and one of the most important strategies used was the marriage inside the social group in order to create or improve familiar, social and comercial links not only a regional perspective but in terms of the Captaincy of São Paulo and beyond.

Avec la utilisation des Listes Nominatifs d'Habitants comme source plus important nous avons étudié les principaux familles propriétaires de esclaves (40 ou plus) de

Ana Silvia Volpi Scott

deux régions de la Capitainerie-Province de São Paulo (Brésil), entre 1765 et 1836. On a analysé pas seulement leur comportement démographique (Fécondité et nuptialité) –différent en plusieurs aspects de la population general– dans le temps, la évolution du ménage et aussi la formation et consolidation de leur fortune. En ce cas le mariage a fonctionné comme un très important instrument de cette group social, pour étendre sont liaisons familiaires, sociaux, comérciales, pas seulement au niveau local mais au niveau plus large de la Capitainerie de São Paulo ou plus loin encore.

FAMÍLIA, CASA E FORTUNA: OS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS EM SÃO PAULO (1765-1836)*

Ana Silvia Volpi SCOTT

Introdução

Uma das vertentes mais ricas e fecundas da demografia histórica é aquela que aborda os comportamentos diferenciais no interior de uma dada sociedade destacando, a partir de critérios pré-definidos, determinados grupos de indivíduos.

De acordo com esta perspectiva realizamos uma análise diferencial do grupo composto pelos grandes proprietários de escravos da Capitania-Província de São Paulo entre os anos de 1765 e 1836.

A Capitania de São Paulo, durante o século XVIII, desempenhava um papel secundário no contexto de exploração metropolitana. Era uma das economias mais pobres de toda a colônia, mantida através da agricultura rústica da roça de subsistência, baseada no trabalho familiar (Marcílio, 1983). Essa situação só foi modificada, no último quartel do mesmo século, graças a uma conjunção de fatores externos e internos à colônia, que alteraram os rumos da história paulista.

Externamente, do ponto de vista europeu e metropolitano, o final do século XVIII foi marcado pelas mudanças impostas pelo pensamento

* Este artigo é uma versão reduzida de nossa Dissertação de Mestrado intitulada *Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836)*, apresentada ao Depto. de História da Universidade de São Paulo em dezembro de 1987, orientada pela Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio. A autora agradece as bolsas de estudo concedidas pela FAPESP e pelo CNPq.

ilustrado e pelo fisiocratismo, que geraram novos comportamentos e novas regras políticas e econômicas. Influenciado por estas idéias, o Marquês de Pombal, ministro de D. José I, rei de Portugal, procurou imprimir novos rumos à metrópole e, por extensão, aos próprios domínios coloniais portugueses. Neste contexto, e entre as muitas medidas tomadas, destacou-se o envio de personalidades embuidas do espírito ilustrado para postos-chaves na administração colonial, como foi o caso do Morgado de Mateus, nomeado para o governo da recém-restaurada capitania de São Paulo, que havia perdido sua autonomia em 1748, passando a ser subordinada à capitania do Rio de Janeiro até o ano de 1765.

A preocupação com esta região era justificada pelos conflitos com os castelhanos na fronteira sul da colônia, que marcaram boa parte do século XVIII. Esta situação de litígio explica a necessidade de se restaurar a autonomia da capitania paulista, que passara a desfrutar de uma posição estratégica vital para deter um possível avanço espanhol em território português na América. Era pois, fundamental consolidar a posição lusitana na área.

A conjuntura interna da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, no sentido de povoar e ocupar esta área estratégica, era favorável, pois se registrara um crescimento populacional mais acelerado (Marcílio, 1974) permitindo pois, que as iniciativas metropolitanas surtiram efeito. Também, outro fator que já havia influenciado favoravelmente a conjuntura interna da capitania paulista, nas primeiras décadas do século XVIII, fora o impulso sofrido pela economia voltada para a produção de subsistência, ocasionado pelo abastecimento das Minas Gerais, especialmente com o feijão milho e farinhas. Contudo, o declínio da mineração a partir de meados do mesmo século, traria retração a esta atividade.

Foi, portanto, durante o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) que se registrou uma importante reviravolta no destino dos paulistas. Obedecendo à política metropolitana de fixar o homem à terra uma incipiente lavoura de exportação, baseada na produção da cana de açúcar, floresceu. A economia itinerante da lavoura de subsistência, caracterizada pelas queimadas começou, gradativamente, a ser substituída pela economia monocultora de exportação, o que, efetivamente, viria a contribuir para a fixação da população, garantindo as possessões portuguesas na região

Até o momento em que essas transformações começaram a ocorrer, a terra pouco representava em termos de riqueza. Como fator de produção não tinha ainda valor algum, em decorrência da oferta ilimitada. Seu preço era estimado pelo valor das benfeitorias, prédios, instalações para benefício da colheita, valas divisórias, árvores de fruta e de algodão (Canabrava, 1972a: 109).

Naquela época, ter um pedaço de chão não era o traço diferenciador entre os paulistas (pois terra havia e, em abundância). Ser proprietário de escravos, no entanto, o era. Ser proprietário de grandes plantéis, então, era um privilégio que poucos possuíram ou iriam possuir. Possuir escravos dava a medida da riqueza (Canabrava, 1972a: 105).

O significado do privilégio de possuir escravos pode ser avaliado através dos quantitativos populacionais de então. A população de todo o território paulista que era de 78.855 almas, em 1765, passou a 326.902 em 1836, representando então, 5.57% da população total do país (Marcílio, 1977: 252). Comparando-se a proporção da população livre e da escrava encontramos uma superioridade da primeira em relação à segunda, da ordem de três para um. Para cada escravo tínhamos, proporcionalmente, três homens livres (Marcílio, 1977: 254).

Esta população distribuía-se desigualmente por todo o território, dispersando-se através das fazendas, engenhos e pequenas propriedades que circundavam os núcleos urbanos. O fogo (termo utilizado na época), era a unidade básica que congregava toda esta população. No fogo, ou domicílio, estavam reunidas as pessoas que viviam sob a autoridade e dependência de um mesmo indivíduo, fossem elas livres ou escravas.

O contingente de escravos existente na capitania paulista também distribuía-se muito desigualmente entre os domicílios. Dos fogos existentes na capitania, entre 1798 e 1828, quase três quartos do total não possuíam, sequer, um escravo. Outros estudos confirmam que os escravos concentravam-se em poucos domicílios (Metcalf, 1983a; Luna e Costa, 1983; Gutierrez, 1987). Pouquíssimos indivíduos puderam adquirir muito mais do que cinco, dez, ou vinte escravos. Estes, em geral, tinham uma atividade integrada ao grande comércio exportador. Antonil, por exemplo, admite que para se tornar um lavrador de cana ou senhor de engenho era necessário possuir inclusive quantidades de escravos superiores a uma vintena (Antonil, 1982).

Definir o "grande proprietário de escravos" foi, portanto, a questão primordial. Para ser considerado um proprietário de grandes escravarias exigimos que possuíssem escravos em quantidades excepcionais, se comparadas ao restante da população. Nesse sentido, o critério adotado para diferencia-los dos outros senhores (já por si minoria) foi baseado em análises globais da Capitania paulista realizados por Maria Luiza Marcílio, que mostraram que possuir mais de quarenta escravos constituía uma situação de exceção, já que apenas uma pequena porcentagem, que variou entre 1.6% a 4.2% dos fogos (1798 e 1828 respectivamente), apresentou quantidade de escravos igual ou superior àquele número (Marcílio, 1974: 87).

Os senhores de grandes escravarias constituíam, pois, uma parcela diminuta da população da Capitania de São Paulo, e não ultrapassariam muito mais do que cinco centenas os domicílios paulistas, encabeçados por aqueles indivíduos. Dispunham a um só tempo de terras e, principalmente, mão-de-obra para cultivá-las.

Dentre todos estes proprietários interessou-nos, particularmente, aqueles que viveram em duas regiões específicas da Capitania-Província de São Paulo: o Vale do Paraíba e a região da Capital de São Paulo e vilas vizinhas. Estas duas áreas exemplificam, com muita propriedade, a situação periférica e secundária que a capitania de São Paulo estava relegada, embora possuíssem características econômicas e de povoamento muito diversificadas. Um testemunho contemporâneo à época (último quartel do século XVIII), assim descrevia aquelas paragens:

"Pela estrada que vai da dita cidade [São Paulo] para o Rio de Janeiro e Minas Gerais se acham estabelecidas as vilas de Moji das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, as freguesias da Conceição e Facão e as aldeias de São Miguel, Escada e Nazaré, mas todas muito pobres e na maior parte miseráveis porque seus efeitos, que são mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem sal, vendendo uns na mesma cidade e outros para o Rio de Janeiro, e também aos passageiros, e por esta forma nada podem alar aqueles moradores..." (Mello, 1780).

O Vale do Paraíba, caracterizou-se por um povoamento antigo e contava com uma forte concentração de população. Geograficamente, encontrava-se em uma posição privilegiada, estando ligado a uma das principais rotas comerciais terrestres da colônia (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Comparada a outras regiões da Capitania, o Vale do Paraíba era a mais densamente povoada e também a mais urbanizada (Taunay, 1948; Marcílio, 1971). Reunia já no final do século XVII a grande maioria das povoações e vilas paulistas, como Moji das Cruzes, Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá, isto citando-se apenas as vilas. Era esta a parte mais fértil do território então conhecido ao sul da colônia. Tempos depois, nas primeiras décadas do século XIX, reuniria em torno de 30% da população total da Capitania – 61.611 habitantes em 1818– (Canabrava, 1972b: 87).

Compuseram o cenário do Vale do Paraíba, nesta análise, as vilas de Areias, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, São Luís do Paraitinga, Pindamonhangaba, Taubaté e a Freguesia do Bananal.

A ocupação econômica do Vale direcionou-se, de uma forma geral e inicialmente, para o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, que durante o século XVIII voltou-se para o abastecimento das Minas Gerais e posteriormente do Rio de Janeiro. No último quartel dos anos

setecentos, introduziu-se na região a agricultura monocultora de exportação, primeiro da cana, e mais tarde do café.

Sobressaíram no entanto, internamente ao próprio Vale, áreas diferenciadas, com estágios de desenvolvimento econômico e atividades produtivas variadas. Deste ponto de vista, foram definidas três zonas:

Zona 1 – Entre as vilas de São Luís do Paraitinga e Cunha, próximas ao rio Paraitinga, afluente do Paraíba. A característica básica da zona era o seu relativo afastamento dos entroncamentos de caminhos que ligavam São Paulo a Minas e ao Rio de Janeiro. Essa distância a colocava fora do contato com o eixo econômico principal, permanecendo suas atividades ligadas à criação de porcos e, no século XIX, a uma pequena produção do café. A própria condição geográfica relegou esta zona um isolamento, embora relativo, porque, se estava afastada dos caminhos principais, ligava-se aos portos de Ubatuba (SP) e Parati (RJ).

Zona 2 – O centro do Vale, de Jacareí, passando por Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, acompanhando o rio Paraíba. Durante todo o período que nos ocupamos estas vilas dedicaram-se a agricultura de cana, produção e exportação do açúcar e aguardente. As culturas de fumo, algodão e amendoim, bem como criação de porcos tiveram participação secundária. Relevante papel, tiveram a criação de gado e a atividade tropeira. Destaque-se esta última, na condução de tropas de gado para o Rio de Janeiro (provenientes do sul), ou para aluguel de animais para atravessar os caminhos. A partir da década de 1810 o café foi introduzido e teve sua produção aumentada a cada ano, embora em nosso período não chegue a ultrapassar em importância a produção do açúcar ou mesmo a atividade tropeira.

Zona 3 – Tem início em Lorena, ainda às margens do rio Paraíba, e devido a sua localização geográfica (próxima ao entroncamento de caminhos para o Rio de Janeiro e para Minas), tiveram desenvolvimento as atividades ligadas ao transporte. Ainda nesta zona encontram-se a vila de Areias e a Freguesia do Bananal, áreas de grandes plantações de cana com vastas escravarias situadas na passagem das tropas. Obedecendo a marcha de entrada do café em território paulista, vindo da parte fluminense do Vale, foi das áreas por onde o café penetrou na Capitania de São Paulo, tomando rapidamente o lugar da cana-de-açúcar.

Da segunda região destacada da Capitania de São Paulo, incluiu-se nesta análise, além da própria Capital, as vilas de Atibaia, Moji das Cruzes, Santana de Parnaíba, e as Freguesias de Nazaré e São Roque. Foi caracterizada também por um povoamento antigo, embora com densidades demográficas mais fracas que o Vale do Paraíba.

O traço predominante da região foi a ocupação do espaço dedicado à agricultura de subsistência, com excedentes que abasteciam o mercado interno local. A produção destas vilas gravitava em torno do milho, feijão, arroz, algodão e amendoim, sendo estas culturas destinadas, geralmente, ao auto consumo. Quanto à produção da aguardente e cana, apareceram em pequena escala, sem que pudesse fazer frente à predominância da lavoura de subsistência.

A produção do café foi pouco significativa, crescendo, no entanto, a partir da década de 1820. Note-se ainda que o café não apareceu concomitantemente ao açúcar, nas vilas onde este foi produzido. Outras atividades ocupacionais como negociantes, tropeiros, ou criadores não obtiveram maior relevância, cabendo à atividade agrícola de subsistência uma indiscutível supremacia em todo o período.

Situação peculiar porém, foi a da cidade de São Paulo. Embora predominasse a produção de subsistência distinguia-se, porque era o ponto de encontro das grandes rotas comerciais da capitania, bem como o centro comercial e da sua administração civil e religiosa (Canabrava, 1972b: 85). Talvez por isso, tenha revelado a presença crescente de senhores de engenho que, apesar de residirem na Capital possuíam engenhos fora, notadamente, na região do Oeste Paulista (Jundiaí, Campinas e Piracicaba).

O total de domicílios analisados para as duas regiões correspondeu a 145. Reunia, portanto, mais de um quarto dos domicílios com grandes escravarias da Capitania, sendo 109 para o Vale do Paraíba e 36 para a região da cidade de São Paulo e vilas vizinhas.

O comportamento demográfico diferencial das famílias da elite proprietária de grandes escravarias, constituiu o tema principal do qual brotaram outros, sendo tratado na primeira parte deste trabalho. Ele foi recuperado através da análise das fichas de reconstituição de família, elaboradas a partir dos dados fornecidos pelas Listas Nominativas de Habitantes, antigos censos conservados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sendo que tal metodologia e fontes foram extensamente discutidas em nossa dissertação de Mestrado (Scott, 1987).

A nupcialidade e a fecundidade foram as variáveis mais profundamente analisadas, afinal, o casamento e a reprodução biológica, socialmente reconhecidos, são aspectos chaves para a reprodução desta elite, enquanto grupo.

Casar, com quem, quando e como? Esta é uma questão fundamental, pois além da reprodução biológica e social, estaria em jogo o patrimônio a ser legado para as gerações seguintes. Ao mesmo tempo, e em termos de elite, seriam definidas também importantes alianças de interesse

econômico, social e político que teriam influência decisiva na manutenção do status quo da família.

Os mecanismos que presidiam estas alianças foram analisados, também com base nas fichas de família, complementadas por dados de outras fontes, notadamente as genealogias das famílias paulistas. Recuperou-se, deste modo, toda estratégia familiar e a rede de parentesco que unia as famílias dos grandes proprietários de escravos.

Ao mesmo tempo, buscou-se resgatar os mecanismos de formação e concentração das fortunas, que estavam intimamente ligados às estratégias familiares e de casamento citadas.

Por outro lado, ampliamos a análise, passando da família e das relações de parentela, ao estudo do grupo doméstico, unidade mais abrangente e que reunia, sob o mesmo teto, todos os indivíduos co-residentes, independentemente de sua condição sócio-econômica.

Desta forma procuramos analisar o grupo social composto pelos proprietários de quarenta ou mais escravos sob toda uma multiplicidade de aspectos, desde o seu comportamento demográfico e familiar, até a sua casa (domicílio), sua parentela e a formação de sua fortuna.

1. Em busca de um comportamento demográfico diferencial

Dada a especificidade das fontes utilizadas, as listas nominativas de habitantes, que agrupavam os indivíduos de acordo com unidades domiciliares (fogos), dividimos os co-residentes em dois grupos. De um lado a família biológica (pais e filhos) do chefe do domicílio e, de outro, o grupo doméstico, unidade mais ampla, que abrigava além da família conjugal, outros elementos que compartilhavam o mesmo teto.

Deixaremos de lado, no momento, todos os indivíduos que compartilhavam a casa do grande proprietário, estando sob sua dependência social ou econômica, para tratar especificamente da sua família (casal de proprietários e filhos), resgatando seu comportamento demográfico específico, abordando inicialmente a questão da nupcialidade.

A nupcialidade é o fenômeno demográfico que mais sofre influências do meio social e cultural a que está associado. De acordo com Rowland (1989: 498), é a variável menos "natural" que caracteriza um sistema demográfico, sendo o matrimônio não apenas uma consequência de um ato voluntário por parte dos contraentes (ou de alguém por eles), mas resulta também na criação de uma nova célula do organismo social, além de constituir um momento no processo de reprodução das estruturas sociais e refletir o modo como é socialmente organizada e controlada a reprodução biológica da população.

Um dos aspectos mais importantes a ser considerado no tocante à nupcialidade, é a idade média ao casar. Além de ligar-se a toda uma questão sócio-cultural, tem implicações de caráter demográfico profundas pois quanto mais velha for a mulher, menor é a possibilidade de procriar.

A idade média ao casar para a mulher da elite paulista situava-se em torno dos 19-20 anos. Mais corretamente, 19.4 para o Vale do Paraíba, 20.1 para a região da Cidade de São Paulo e arredores. Os resultados obtidos para as mulheres da elite paulista, quando comparados a estudos que retrataram outras localidades brasileiras, apontam a mesma tendência (Burmester, 1981; Costa, 1979; Ramos, 1975; Ramos, 1990; Valle, 1983; Marcílio, 1986; Bacellar, 1987; Balhana e Henry, 1975), nos levando a concluir que não havia diferenças significativas quanto a este comportamento já que, independentemente de sua posição sócio-econômica, as mulheres brasileiras casavam-se em torno dos vinte anos, portanto com idade bastante precoce. As mulheres da elite, ao casarem com esta idade aumentariam sobremaneira a chance de uma prole ampla, pois desfrutariam seu período de fecundidade mais elevada dentro do casamento. Esse comportamento poderia representar uma estratégia familiar importante porque salvaguardaria a continuidade dessas famílias e sua reprodução enquanto grupo, diante dos altos índices de mortalidade existentes.

Por outro lado, o comportamento dos homens pertencentes à elite era diametralmente oposto. Postergavam muito o casamento, e esse parece ter sido um comportamento típico daquele grupo. Casamentos realizados em média acima dos 30 anos não foram registrados em outros estudos que analisaram populações do passado brasileiro (Vide Burmester, 1981; Costa, 1979; Ramos, 1975 e 1990; Valle, 1983; Marcílio, 1986; Bacellar, 1987; Balhana e Henry, 1975).

A explicação para este padrão de casamento extremamente tardio entre os grandes proprietários de escravos, encontrado também para os proprietários do oeste paulista (Bacellar, 1987), está estreitamente relacionada a fatores de ordem econômica. Era usual, ou mais do que isso, era o costume, que o filho deixasse o fogo paterno antes de seu casamento. O objetivo que impelia esta saída era a necessidade de estabelecer-se independentemente dos pais. Deste modo, quando o jovem deixava o lar paterno procurava reunir algum patrimônio que lhe desse condição de formar e manter uma família. Isto não excluía o auxílio inicial dos pais em alguns casos, muitas vezes através de cessão de um ou dois escravos. Via de regra, a saída do lar paterno se dava em média aos 20 anos.

Muitos foram os exemplos encontrados que ilustram este comportamento. Nicolau Soares Duque, da vila de Atibaia, procedeu deste modo, como tantos outros. No censo de 1787, encontramos Nicolau recenseado na primeira companhia de ordenanças daquela vila, acompanhado de um único escravo. Contava naquela ocasião com 23 anos declarados. Ano após ano, Nicolau foi aumentando o seu patrimônio, através da aquisição de escravos. Finalmente, doze anos mais tarde, em 1799, o mesmo Nicolau Soares Duque casou-se, estando já com 34 anos de idade e senhor de, nada menos, que 11 escravos.

Talvez, o exemplo mais ilustre deste itinerário de vida, seja o de Luís Antonio de Souza (futuro Brigadeiro Luís Antonio), que foi recenseado na capital de São Paulo, no ano de 1779, ainda solteiro e sem um escravo sequer. Ao casar-se quase vinte anos depois, em 1798, com Genebra de Barros Leite, aos 44 anos de idade, era senhor não só de um vasto plantel de escravos, como também inúmeros engenhos na região de Campinas.

Os resultados são inequívocos. Os jovens filhos buscavam iniciar-se em atividades produtivas, antes do casamento, podendo ou não estar ligadas à atividade paterna, para só depois de ter reunido algum cabedal iniciarem sua vida conjugal em fogo independente, apesar de deixarem o lar paterno quando atingiam os 20 anos. O casamento para os rapazes da elite do Vale do Paraíba se dava, em média, aos 32.8 anos, enquanto que, para aqueles da região da Cidade de São Paulo e arredores essa média ficou em 30.7 anos.

Em síntese, a geração que acumulou inicialmente os 40 ou mais escravos, demonstrou padrões distintos em relação ao casamento, um em relação aos homens, bastante tardio, após os 30 anos, e um outro padrão diferenciado para as mulheres, que iniciavam a vida conjugal precocemente, em torno dos 20 anos.

Sendo o casamento um acontecimento dos mais importantes para as famílias da elite, nos interessava analisar também a estabilidade e a duração da vida conjugal para este grupo e verificar como a combinação de maridos em média dez, onze ou doze anos mais velhos que as mulheres iria refletir na vida conjugal do casal.

No contexto das sociedades tradicionais, como é o caso da Capitania de São Paulo, a ruptura do casamento pela morte prematura de um dos cônjuges é uma possibilidade sempre presente, já que as taxas de mortalidade eram sempre elevadas.

Apesar da tendência dos homens casarem tardiamente, o casamento entre o grupo dos grandes proprietários, ainda assim, perdurava, em média, 25 anos, o que certamente refletia também as melhores condições

de vida da elite. Aparentemente, portanto, o fim de um casamento era decretado apenas quando ocorria o falecimento de um dos cônjuges. Em um único caso, pudemos comprovar a separação de um casal. Tratava-se de Manuel Luís da Cunha Guimarães, da vila de Taubaté, que foi designado como "descasado", enquanto que sua mulher encontrava-se em Lisboa. Por outro lado, a análise sistemática dos processos de divórcio a anulação de casamentos, arquivados na Cúria Metropolitana de São Paulo, poderia lançar novas luzes à respeito da separação dos casais da elite, pois no elenco daqueles processos encontramos elementos pertencentes ao grupo social aqui destacado.

Considerando-se apenas o fim do casamento propiciado pela morte de um dos cônjuges, qual seria a possibilidade do cônjuge sobrevivente contrair novas núpcias?

Em sociedades tradicionais encontramos uma expectativa de se recompor a unidade conjugal quebrada tão rapidamente quanto possível, para buscar manter a estabilidade da unidade doméstica, especialmente entre as camadas camponesas. Este mesmo comportamento seria típico para o grupo dos grandes proprietários? O viúvo ou viúva de certa posição social, à semelhança das camadas menos privilegiadas recomporia rapidamente o lar desfeito pela morte do companheiro? Qual seria a expectativa de um viúvo ou uma viúva contrair novas núpcias entre os grandes proprietários? Afinal, tratamos de famílias abastadas que não teriam problemas para garantir a subsistência dos filhos, e que teriam um padrão de vida comparativamente melhor que o restante da população.

Em nossa amostra encontramos apenas 18 casos de recasamento, que se distribuíram igualmente entre homens e mulheres (nove para cada sexo). Apenas um caso de terceiras núpcias, de D. Apolonia Maria do Pilar, que se casou em 1767 com Fructuozo Furquim de Campos, este ainda solteiro.

Os resultados mostraram que a mulher da elite encontrava dificuldade para recompor o casamento desfeito pela morte do marido. Não diferia das mulheres de outras camadas sociais. Em certos casos o período médio de viuvez poderia ser até maior, como aconteceu ao compararmos a mulher da elite paulista, que deveria esperar, em média, 3.4 anos, para refazer sua vida conjugal, enquanto que as mulheres de Ubatuba, por exemplo, permaneciam em estado de viuvez em torno de 3.2 anos.

Para o homem, independentemente de sua posição social, o tempo de viuvez era menor. Pertencendo à elite, a busca de uma outra mulher para recompor a unidade conjugal parecia ser ainda bem mais fácil. Enquanto o caçara de Ubatuba ficava em média 2.3 anos viúvo, o tempo médio de viuvez para o grande proprietário era menor, caindo para 1.8 anos. O

que poderia explicar estes comportamentos opostos? As hipóteses podem ser várias. Num sentido mais amplo, não deve ser descartada a variável demográfica, representada pelo desequilíbrio dos sexos, onde as mulheres superavam os homens (situação latente na Capitania de São Paulo), deixando a mulher em desvantagem no mercado matrimonial. Este mesmo fator de desequilíbrio atuaria de maneira oposta em relação aos homens, aumentando a oferta de noivas potenciais disponíveis, facilitando as novas núpcias. Ainda, pelo lado dos homens, pretendentes virtuais ao casamento, teriam certa relutância para se unirem a mulheres viúvas e com filhos, dando preferência às mulheres solteiras.

Por outro lado, no caso específico da viuvez das mulheres da elite, poderíamos aventar outras razões. Em primeiro lugar, uma relutância, proveniente dessas próprias mulheres, privilegiadas economicamente, em ter que repartir os seus bens com um segundo marido, e passar a ele a administração e gerência dos mesmos. Em segundo lugar, e ainda do ponto de vista dessas mulheres, uma parca oferta de homens com uma condição sócio-econômica à altura das mesmas, dada a limitação do mercado matrimonial existente.

Finalmente não podemos descartar uma oposição, mesmo que velada, da sociedade ao recasamento da mulher viúva, e especificamente no caso das mulheres da elite, uma oposição da própria família, com o intuito de preservar o patrimônio dos filhos tidos no primeiro casamento. A própria lei limitava os direitos da viúva, pois elas não poderiam continuar a ser tutoras de seus filhos se contraíssem novo casamento, desde que assumia-se que elas perderiam o controle da propriedade para o marido (Metcalf, 1983b).

Um outro aspecto de importância para o estudo da nupcialidade é a análise da origem e naturalidade dos cônjuges, pois apontam traços indicativos da mobilidade dos indivíduos, e da oferta de pretendentes elegíveis para o casamento numa área determinada.

Para a maioria dos casais analisados, pudemos conhecer seu local de nascimento. Além do mais, o cruzamento da informação sobre a origem dos indivíduos relacionado ao seu estabelecimento em determinada vila poderia estar ligado a mecanismos de atração ou repulsão de uma dada área geográfica, devido a fatores de ordem econômica por exemplo.

Também, no caso de famílias de elite, não podemos esquecer que a hipótese de uma exogamia estava sempre presente. Este fenômeno, traria modificações em relação ao comportamento para a escolha do cônjuge entre os grandes proprietários? Esgotadas as possibilidades de uma moça da elite encontrar um parceiro em sua vila de nascimento, sua família iria busca-lo em outras localidades? Buscar-se-ia a manutenção de uma ho-

mogamia social e conseqüentemente estimular-se-ia a concentração de fortunas?

No Vale do Paraíba, uma parcela bastante representativa dos indivíduos (41.4%) não residia na mesma vila em que havia nascido. Com índices bem menores, seguem os casais que contraíram matrimônio na mesma vila de seu nascimento (16.2%) e, em igual porcentagem, os casais que fixaram residência na vila onde nasceu a mulher. A menor porcentagem (10.0%), corresponderia aos casais que passaram a residir na vila da qual o marido era natural. Os casais sobre os quais não foi possível estabelecer a naturalidade, somam 16.2% do total.

O comportamento interno específico do Vale do Paraíba deu a perceber que cada vila demonstrava uma situação diferente, com relação à origem dos cônjuges. As vilas de Taubaté e Cunha, atingiram os maiores índices de estabilidade dos casais, pois a maioria deles nasceram, casaram e após o casamento permaneceram na mesma vila. O reverso da medalha, está representado pelas vilas de São Luís do Paraitinga, Areias, Lorena e Jacareí, pois no mínimo 50% dos casais foram residir em vilas diferentes daquelas em que nasceram. Neste contexto, Areias, desmembrada de Lorena em 1816, e Lorena propriamente dita, detiveram as maiores porcentagens de casais "estrangeiros" à vila onde fixaram residência.

No entanto um fator que pode ter distorcido esses dados está ligado aos constantes desmembramentos de território e criação de novas vilas e freguesias. Um exemplo disso, é o próprio caso das vilas de Lorena e Areias. Um indivíduo natural e residente em Lorena, com o desmembramento de Areias passaria a ser natural de Lorena e residente em Areias, o que nos induziria a pensar em um deslocamento desse indivíduo, quando na verdade ocorreu apenas uma mudança administrativa, com a criação de uma nova vila, sem que houvesse um deslocamento geográfico real.

Esta tendência, pode ser explicada, pela opinião expressa por um viajante que no início do século XIX afirmava que a partir de Lorena é que se encontravam os homens ricos, com suas fortunas oriundas do café (Saint-Hilaire, 1974: 96). Podemos admitir, então, que as vilas onde predominavam as culturas destinadas ao mercado externo, encabeçadas no início do século XIX por Lorena e Areias, e que apresentaram os maiores índices de casais da elite vindos de fora destas vilas, representavam pólos de atração aos que quisessem dedicar-se a este tipo de ocupação ou a atividades afins.

Contrariamente, nas vilas onde as culturas de exportação já estavam mais solidamente assentadas, como Taubaté por exemplo, havia menos interesse em sair da área.

Cunha, São Luís do Paraitinga, Jacareí e Guaratinguetá, por sua vez, vilas com produção predominantemente voltada para a subsistência, apresentavam poucas famílias donas de grandes escravarias, e por isso mesmo a exogamia geográfica entre a elite era uma necessidade mais pronunciada.

Na região que circundava a capital, encontramos uma porcentagem maior de casais de fora pois, a cidade de São Paulo ofereceria atrativos aos mais poderosos, por ser o centro administrativo e econômico da capitania e mais tarde província de São Paulo.

A análise da naturalidade dos indivíduos também demonstrou que muitas vezes percorria-se distâncias consideráveis entre o local do nascimento e o local em que fixavam residência após o matrimônio. Dos grandes proprietários que se radicaram no Vale do Paraíba, porcentagem significativa era natural de fora da Capitania de São Paulo. Quase um quinto do total era proveniente de Portugal ou ilhas do Atlântico (18%) e 13.7% eram originários da Capitania de Minas Gerais.

A proporção dos indivíduos naturais da própria região era elevada (46.4%), demonstrando que o Vale oferecia, também, condições atraentes para a permanência dos indivíduos lá nascidos, que lá mesmo fizeram suas fortunas, e que chegaram a fazer parte da elite, construindo seus engenhos, organizando suas tropas, ou dedicando-se a outras atividades.

Em outras palavras, o Vale do Paraíba, como um todo, constituía um centro que exercia atração não só a nível local, mas também para aqueles indivíduos que vinham de regiões distantes, de fora da capitania e mesmo de fora do país.

Tendência divergente foi a apresentada pelos casais analisados na região que circundava a Capital, onde os que optaram por morar em outra vila que não fosse a de sua origem representaram apenas 20.8% do total. A preferência maior estava dividida entre os casais formados por cônjuges da mesma vila e aqueles que fixaram residência na vila de origem da noiva (29.1% cada). Nenhum dos casais estudados desta região domiciliou-se na vila de residência da qual era natural o marido e a mulher de fora. O índice de casais com origem indeterminada, foi um pouco superior ao do Vale do Paraíba (20.8%).

A região da cidade de São Paulo e arredores constituiu-se, também, num polo de atração para os portugueses. Significativa porcentagem de indivíduos originários da metrópole imigraram para esta área, chegando a alcançar 40% do total de indivíduos analisados. Considerando-se todos os chefes de domicílio pertencentes aos grandes proprietários, 30% haviam nascido nas vilas que faziam parte da região que circundava a Capital. Curioso é notar que, de maneira oposta ao Vale do Paraíba, nenhum

dos indivíduos que vieram a radicar-se nesta região era natural da Capitania de Minas Gerais.

Porém, onde iam estes homens da elite buscar as mulheres que seriam transformadas em esposas e mães de seus filhos e herdeiros?

A maior parte delas eram originárias das mesmas vilas onde residiram após o casamento, 54% para o Vale do Paraíba e 66.5% para a região da Capital e arredores. Este dado, demonstra que na maioria das vezes eram os homens que deslocavam-se para encontrar as futuras companheiras.

As mulheres provenientes de Portugal, representavam pequena proporção, apenas 5.7%, para o Vale do Paraíba. Para as mulheres que viveram na região da Capital e arredores não foram registradas as naturais de Minas Gerais ou de Portugal.

Comparando a origem das mulheres de ambas as regiões, notaremos que houve um comportamento diverso entre elas. Enquanto que para o Vale do Paraíba as mulheres que nasceram fora de sua vila de residência constituíam a maioria (53.2%), para a cidade de São Paulo e arredores quase dois terços (65%) continuaram a residir depois de casadas na mesma vila em que haviam nascido.

O Vale do Paraíba, portanto, atraía maior quantidade de indivíduos de outras regiões da capitania e do Brasil, homens e mulheres indistintamente. Dessa forma, muito provavelmente, casais já formados, ou jovens casais vinham tentar a vida numa região que oferecia oportunidades maiores de enriquecimento, devido à produção de gêneros de exportação (açúcar e depois o café). Lembremos ainda que outro fator que contribuía para isso, era a posição geográfica do Vale (região de passagem para o Rio e para Minas Gerais). Com isso, houve, naturalmente, uma maior mobilidade da população, inclusive da população feminina. No caso da região que circundava a capital, a mobilidade espacial era bem menor, especialmente no caso das mulheres que, em geral, não saíam da vila em que haviam nascido para casarem.

Conseqüentemente, dois comportamentos esboçaram-se. Um para o Vale do Paraíba, onde a exogamia geográfica era mais acentuada, com porcentagens semelhantes para homens e mulheres (em torno de 54%) originários de vilas exteriores a região, enquanto que para a outra região o oposto era a tendência.

A questão da fecundidade entre os grandes proprietários de escravos também foi um aspecto analisado mais detidamente, mas limitou-se a analisar apenas os nascimentos registrados entre os casais legitimamente unidos através do matrimônio. Todo e qualquer nascimento ilegítimo que, por ventura, tivesse ocorrido fora do casamento foi excluído de

nossas análises. Portanto ao nos referirmos à fecundidade sempre estaremos tratando da fecundidade legítima.

Ainda muito há por ser feito para se conhecer em profundidade o fenômeno da fecundidade no Brasil tradicional. Especificamente, no tocante à elite proprietária que comportamento apresentariam? Teriam muitos filhos? Que intervalo médio haveria entre os nascimentos? Quantas das crianças que nasciam alcançariam a idade adulta? Até quando as que sobreviviam e chegavam à maturidade permaneciam com seus pais vivendo no seio das poderosas famílias paulistas, no período anterior à expansão do café?

Um primeiro aspecto que nos permitimos explorar referiu-se às taxas de fecundidade legítima entre as mulheres dos grandes proprietários (resultados baseados apenas nas fichas de tipo MF). A fecundidade legítima pode ser analisada partir de duas variáveis, uma ligada à idade da mulher ao casar, e outra ligada à duração do casamento. Trataremos, inicialmente, das taxas de fecundidade legítima de acordo com a idade ao casar da mulher. Neste caso, as análises foram concretizadas para as faixas etárias de 10-14 anos, 15-19, 20-24, 25-29, obtendo-se os dados arrolados na tabela abaixo:

Tabela 1: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casar

	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
10-14	0	0.514	0.600	0.480	0.300	0.600	—	—
15-19		0.294	0.477	0.211	0.266	0.130	0.038	—
20-24			0.440	0.340	0.219	0.080	—	—
25-29				0.500	0.550	0.450	0.250	—

Passando à análise da taxa de fecundidade legítima segundo a duração do casamento, obtivemos os resultados seguintes:

Tabela 2: Taxa de fecundidade legítima de acordo com a duração do casamento e pela idade ao casar da mulher

	0-04	05-09	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34
10-14	0.378	0.540	0.470	0.500	0.353	0.200	—
15-19	0.362	0.323	0.179	0.042	—	—	—
20-24	0.367	0.280	0.360	0.105	0.052	—	—
25-29	0.450	0.400	0.450	0.193	—	—	—

Os índices de fecundidade apresentaram-se elevados, como o são para o que se conhece do Brasil antigo. Confrontados com outros estudos sobre a população de diferentes regiões brasileiras veremos que a

elite analisada apresentou taxas ainda mais elevadas de fecundidade legítima, ficando a população geral com índices bem inferiores (vide Baccillar, 1991; Marcílio, 1986; Valle, 1983). Não deve ser esquecido que estes índices mais elevados refletem, de alguma forma, as melhores condições de vida e de alimentação da elite analisada, como tivemos oportunidade de mencionar anteriormente.

O espaçamento entre os nascimentos ou o ritmo intergenésico, entre os grandes proprietários também apresentou aspectos de interesse.

Os intervalos entre os nascimentos eram amplos, para uma sociedade sem controle artificial da reprodução, estando acima dos dois anos. De imediato surgem hipóteses explicativas para este intervalo. As mulheres das famílias dominantes adotariam formas naturais de evitar uma prole excessiva? Ou o aleitamento prolongado, contribuiria para os elevados intervalos entre um filho e outro (Bideau, 1984)? Ainda poderíamos conjecturar sobre a possibilidade de uma mortalidade fetal pré-natal pronunciada, que estaria complicando a explicação para os intervalos intergenésicos encontrados.

A mulher da elite dava a luz aos seus filhos, até o décimo nascimento, em intervalos regulares de aproximadamente 2 anos (intervalo médio de 2.24 anos), independentemente do número seqüencial do nascimento.

Além do mais, no que concerne ao fato de as mães amamentarem ou não os filhos, há um certo consenso sobre este costume ser mais importante entre as mães pobres e, em uma escala muito menor estar presente também entre as mães de um nível sócio-econômico privilegiado que entregariam seus filhos a amas negras (Marcílio, 1986: 160). O que nos questionamos, é se, realmente, as mulheres da elite entregavam com tal freqüência os filhos a amas, à luz dos dados que nos revelaram um espaçamento tão regular entre os nascimentos. Este dado poderia ser um indício que nos levaria a supor que, pelo contrário, na capitania de São Paulo as mulheres da elite preferissem amamentar seus filhos, a entregá-los ao cuidado de amas, já que outros estudos feitos em bases diversas admite os mesmos intervalos entre os nascimentos –1.5 a menos de 3 anos– (Scarano, 1980).

Se a prole dos grandes proprietários sobrevivesse e chegasse à idade adulta, até quando permaneceriam no lar paterno? É muito difícil obter essa resposta. As dificuldades, em parte, são inerentes à natureza da documentação utilizada. Nem sempre o censo nos indicou os motivos pelos quais os indivíduos deixaram de ser mencionados nas listas. A "ausência" poderia se dar devido à morte, à saída para morar em outro local (era comum na época o costume de uma criança ir morar durante

certo período com parentes), à saída do jovem para tentar se estabelecer por conta própria, ou ainda, para se casar.

Elaboramos um levantamento de todos os filhos dos casais estudados, que perfizeram um total de 724 filhos, 602 para a região do Vale do Paraíba e 122 para a cidade de São Paulo e arredores.

Dos 602 filhos do Vale do Paraíba, 4% realmente faleceram durante os anos em que acompanhávamos suas famílias; 2.5% deles desapareceram, provavelmente por morte, mas este dado não foi claramente expresso na documentação. Vale notar que esses dados dizem respeito às crianças menores de 10 anos que deixaram de ser registradas em censos consecutivos (Henry, 1976: 76), e que por isso devem ter falecido antes de chegar à adolescência. Para o caso da cidade de São Paulo e arredores (122 filhos registrados no total), pouco mais de 9% desapareceram até os dez anos. Sabemos no entanto, que daquela porcentagem, 5.7% foram dados como mortos na documentação.

A partir da eliminação das crianças mortas ou assim consideradas, passamos a observar, então, os filhos maiores de dez anos (meninos e meninas) para estabelecermos até que idade permaneciam na companhia dos seus pais.

A saída dos filhos do domicílio paterno dava-se por volta dos 21.5 anos, as filhas, por outro lado, deixavam o lar paterno em torno de 19 anos. O confronto dos dados relativos a idade média de saída do domicílio paterno e da idade média ao casar veio reforçar a descoberta do padrão mencionado anteriormente, de que havia um comportamento específico e diferenciado para os filhos.

Para as filhas dos grandes proprietários, a idade média que se casavam era praticamente a mesma com a qual deixavam o fogo dos pais, reforçando o padrão evidenciado anteriormente, onde a mulher saía diretamente da casa paterna para o casamento. O comportamento para os filhos homens também não foi modificado na geração seguinte. Buscavam reunir as condições necessárias e uma independência econômica em relação a seus pais para só então, realizar seu casamento.

As estratégias eram as mais variadas, e poderiam inclusive incentivar o deslocamento destes jovens através de distâncias consideráveis. Um caso típico foi o dos filhos de Lourenço Leme Barboza e Anna Francisca Romeira. O casal teve nove filhos, oito rapazes e apenas uma filha, que se casou muito cedo, aos 14 anos de idade. Dos filhos do sexo masculino, seis deixaram a casa paterna com destino a Minas Gerais, com idades que variaram entre 13 e 22 anos.

O padrão encontrado permaneceu e passou à geração seguinte. As filhas casando-se próximo dos 19 anos, como antes delas suas mães o

fizeram, e só assim deixando a companhia dos pais. Os filhos, saindo jovens e solteiros da casa paterna para, ao alcançar uma situação econômica estável, casarem-se, perto dos 27 anos.

2. A casa do grande proprietário

Quem compartilhava a casa pertencente ao grande proprietário? Segundo a historiografia tradicional, e mesmo a literatura, o grupo doméstico das camadas mais privilegiadas reuniria, além da própria família, grande número de dependentes.

O domicílio integrava todos os elementos co-residentes declarados pelos censos, incluindo elementos de ambas as condições sociais, livres e cativos, embora só tenhamos tratado aqui a população livre. Quanto à população escrava, uma análise posterior foi efetuada, onde buscou-se conhecer um pouco da dinâmica da família escrava (Scott e Bacellar, 1990).

Buscamos testar a validade da hipótese de que coabitariam muitos outros elementos na casa do grande proprietário, além da família biológica propriamente dita. Na verdade esta imagem perpassa toda a historiografia, independentemente do tipo de atividade econômica ou época tratada e esta característica estaria presente inclusive nos domicílios urbanos (Mattoso, 1982:124).

Os resultados aqui apresentados são uma síntese dos dados reunidos nas "fichas de domicílio", elaboradas para este fim. Nestas fichas, em datas precisas no tempo, os domicílios foram acompanhados individualmente, com o auxílio da representação gráfica sugerida por Laslett e Hammel. Deste modo todos os domicílios encontrados nos censos de 1779, 1790, 1798, 1808, 1818, 1829 foram representados graficamente, em fichas individuais, que deram suporte às análises efetuadas.

A partir dessas fichas pudemos estabelecer mais do que simples fotografias dos domicílios, recuperamos a estrutura, a composição e a dinâmica dos fogos dos grandes proprietários, ao longo de cinquenta anos

Estamos longe dos grupos domésticos que abrigavam uma infinidade de dependentes. A média de indivíduos livres estaria em torno de 6.7 pessoas no primeiro censo escolhido (1779) e as duas regiões acusaram uma tendência gradual e constante de diminuição de seu tamanho (4.6 indivíduos em 1829). Estaria aí, o resgate de um padrão para o domicílio dos grandes proprietários paulistas diferente daquele aceito pela historiografia tradicional.

Para o conhecimento da estrutura dos domicílios dos grandes proprietários empregamos a tipologia do Grupo de Cambridge, amplamente discutida e divulgada por Peter Laslett, que foi reavaliada e adaptada em determinados aspectos as peculiaridades de nossa sociedade colonial e cada domicílio com 40 ou mais escravos foi representado graficamente e classificado de acordo com as cinco categorias básicas (Scott, 1987).

Ficou evidente, desde logo, a predominância de domicílios do tipo nuclear. Manteve-se acima dos 70% em quatro dos seis intervalos temporais analisados. Quanto aos domicílios de estruturas mais complexas (extensos ou múltiplos), encontramos faixas inferiores a 15% em todo o período.

Entre as famílias da elite paulista o regime dos domicílios era preponderantemente do tipo nuclear. Os domicílios de tipo múltiplo embora apresentassem tendência de aumento no computo geral, não ultrapassaram os 11%. Os que apresentaram maior queda foram aqueles compostos pelas famílias de tipo extenso, que atingiram em 1790 os 7.4% para no final caírem para a marca dos 2.3%, no último ano de observação (1829). Foram os que, no geral, apresentaram os índices mais modestos de todas as categorias. Desta forma, verificou-se que as grandes famílias paulistas apresentavam maior propensão em agregar sob seu teto (quando o faziam) indivíduos não aparentados, mais do que manter sob sua dependência outros parentes.

A análise da composição do domicílio, ao lado do estudo de sua estrutura, nos levou a conhecer, de fato, que tipo de pessoas compartilhavam a casa do grande proprietário.

A primeira variável verificada foi a proporção dos domicílios compostos apenas pela família (neste caso definida como pais e filhos solteiros) confrontados com aqueles que dividiam sua casa com outros elementos agregados.

Os dados nos indicaram que uma porcentagem importante dos domicílios contavam com agregados no primeiro censo analisado (1779), conquanto revelassem uma forte tendência de diminuição da quantidade destes domicílios ao longo do tempo. No intervalo dos 50 anos analisados a porcentagem de domicílios com agregados caiu pela metade, de 68.7% para apenas 34.8%, portanto, este trajeto levaria a uma concentração no domicílio, apenas do núcleo familiar do chefe.

Além do mais, o número de agregados que se acrescia à família dos grandes proprietários, era pequeno, estando entre 1.5 e 1.7 agregados em média (Cidade de São Paulo e arredores e Vale do Paraíba respectivamente). Permanece a constatação de que, pelo menos para os domicílios da elite paulista, a regra geral era a pequena adição ao domés-

tico e que poucas pessoas estranhas à família nuclear eram admitidas a conviver sob o teto do grande proprietário.

Por outro lado é necessário também qualificar estes agregados mais concretamente e redesenhar o seu perfil. Maria Luiza Marcílio (1972) analisando os domicílios da capitania de São Paulo, define esta categoria como sendo a de maior mobilidade na sociedade. Samara também admite que os agregados constituíam uma camada flutuante e bastante complexa, podendo ser elementos bem situados socialmente ou com uma atividade mais específica, como homens livres e pobres que se deslocavam com frequência em busca de trabalho e de abrigo, ou viver de esmolas e da proteção dos mais fortes com os quais mantinham laços de dependência (Samara, 1981).

De acordo com nossa perspectiva é fundamental verificar em primeiro lugar a relação existente com o chefe do domicílio e descobrir, inicialmente, a existência ou não de algum laço de parentesco entre os indivíduos.

Teríamos portanto, como ponto de partida, dois tipos básicos de agregados: aqueles com parentesco definido com o chefe do fogo e, um outro grupo, no qual estariam os agregados sem qualquer ligação de sangue ou afinidade com o chefe do domicílio. Esta distinção se faz necessária também, do ponto de vista da tipologia de domicílio adotada, onde a inclusão de parentes no domicílio implica na alteração de sua estrutura transformando, por exemplo, um domicílio de família nuclear em um domicílio de família extensa.

Em que medida os domicílios que possuíam agregados com parentesco definido com o chefe de fogo foram registrados, em relação ao total de domicílios analisados?

Em todo o período, encontramos uma porcentagem pequena de domicílios que incluíam em sua composição agregados com parentesco definido com o chefe, atingindo sua expressão máxima em 1818, com pouco menos de 15% do total, enquanto que a porcentagem média para todo o período ficou em níveis inferiores a 12%. Isto é mais uma prova no sentido de reforçar um padrão de composição de domicílio de elite bastante diferenciado do que se poderia esperar tendo-se por base o conhecimento atual sobre a família e o domicílio no Brasil tradicional.

Qual seria, por outro lado, a proporção dos agregados aparentados com o chefe do domicílio em relação aos demais?

Embora tenhamos encontrado um crescimento significativo nos 50 anos analisados, a porcentagem média geral esteve entre os 17% de agregados com parentesco. Isto significa que mais de 80% dos agregados que compartilhavam a casa do grande proprietário não tiveram nenhum laço de parentesco definido com o chefe.

É relevante, ao mesmo tempo, notar também que tipos de parentes se agregavam ao domicílio dos grandes proprietários e tentar, a partir daí, entender o aumento significativo destes elementos no conjunto total.

Tabela 3: Tipo de parentesco existente entre o agregado e o chefe do domicílio

Homens		Mulheres	
Sobrinho	12	Sobrinha	10
Irmão	12	Neta	09
Neto	09	Irmã	06
Filho	07	Cunhada	05
Tio	02	Nora	05
Genro	02	Filha	04
		Sogra	03
		Avó	01
Total	43		43

Há um equilíbrio na distribuição por sexo, estando em 50% para cada um. Nota-se, entretanto, um predomínio entre os indivíduos que tinham relações de parentesco do tipo sobrinho, irmãos e netos. As estruturas familiares extensas eram portanto formadas basicamente pela presença destes parentes.

Paralelamente, não se nota a presença significativa de pais ou sogros, demonstrando que as famílias da elite paulista não optavam por este tipo de agrupamento familiar. A natureza dos parentes co-residentes nos permite conjecturar que, na imensa maioria dos casos, seriam circunstâncias passageiras que trariam aos seus domicílios a presença daqueles parentes. Netos e netas, sobrinhos e sobrinhas, que foram registrados em maior quantidade, nos levam a crer que contribuiu para isso, por exemplo, a morte dos pais daquelas crianças, o que as colocariam, temporariamente, sob a tutela de seus parentes. Não podemos descartar também a circulação de crianças existente na sociedade brasileira da época, que as levavam a conviver em outras casas durante um certo período de suas vidas.

A adição ao núcleo familiar, no caso das famílias extensas se fazia no sentido vertical descendente e colateral. Em 38 domicílios com parentes agregados, encontramos 46% de estruturas domiciliares de famílias extensas, 35% compostos por domicílios sem estrutura familiar (isto é, parentes solteiros co-residindo) e 19% de domicílios com estrutura familiar múltipla.

Agora que temos uma idéia precisa sobre os parentes que se agregavam ao domicílio do grande proprietário, devemos voltar nossa atenção

ao agregado como categoria ampla, e não apenas aqueles que tinham laços de sangue ou afinidade com a elite analisada.

Entre os indivíduos que viviam sob a dependência dos proprietários de grandes escravarias, percebemos uma ligeira superioridade dos agregados do sexo masculino que, em média, representavam 53% do total, enquanto que as agregadas atingiram 47%.

Samara encontrou para a vila de Itu situação diferente do grupo dos grandes proprietários, pois a análise global daquela população apontou o predomínio dos agregados do sexo feminino, atingindo quase 60% do total. A autora, explica essa supremacia das agregadas, admitindo que as mulheres geralmente prestavam-se a serviços domésticos, ou como rendeiras, costureiras, ajudando nos serviços e aprendendo um ofício (Samara, 1981: 165).

Aceitando-se este pressuposto, os grandes proprietários acolheriam preferencialmente homens, que poderiam ser empregados nas atividades às quais se dedicavam, como na lavoura de exportação, ou de mantimentos, negócios com tropas, criação de animais. etc, sendo incorporados ao domicílio no papel de feitores, administradores, camaradas de tropa etc. Infelizmente poucas vezes a documentação nos indicou a ocupação ou profissão do agregado, impedindo a confirmação dessa hipótese.

A análise do estado civil do agregado também forneceu mais detalhes acerca dessa categoria. Encontramos uma supremacia absoluta dos indivíduos que viviam sem família. Incluímos aí todos os indivíduos que foram recenseados como solteiros, acrescidos daqueles que declararam-se viúvos sem filhos, e os casados que viviam sem o respectivo cônjuge e sem filhos. Também foram somados a estes aqueles indivíduos de estado civil indeterminado e que viviam sós. A proporção destes homens e mulheres vivendo nos fogos dos grandes proprietários girou em torno de 80% a 90%.

Relacionando-se a idade e o sexo dos agregados, consideramos três faixas etárias. Esta divisão obedeceu os seguintes intervalos: 0-14 anos; 15-60; 61 e mais. A faixa que cobre as idades de 15 a 60 anos procurou englobar, a grosso modo, a população economicamente ativa. Isto se explica pelo fato de termos como hipótese inicial que os agregados teriam como função precípua atuar como mão-de-obra suplementar que, gradativamente, foi substituída pelos escravos. Esta hipótese se viu reforçada, com a constatação efetuada de que ao mesmo tempo que o número médio de escravos por proprietário cresce, decresce a porcentagem de domicílios com agregados, conforme veremos adiante.

Para as duas regiões, encontramos a mesma tendência, concentração dos agregados na faixa dos 15 aos 60 anos, estando enquadrados na ca-

mada de população economicamente ativa. Em seguida temos os indivíduos com menos de 15 anos, que eram compostos na maioria das vezes órfãos, expostos, sobrinhos etc. Enfim, crianças que por um motivo ou por outro ficaram sob a dependência dos proprietários. Proporcionalmente a faixa menos significativa em termos de quantidade, foi a composta pelos maiores de 60 anos, o que também não surpreendeu, por dois motivos: o primeiro de ordem demográfica, pois a mortalidade era bastante elevada para as populações do Brasil Colonial, sendo também muito baixa a esperança de vida, e por outro lado, pela própria necessidade de se ter agregados que potencialmente representassem mão-de-obra, enquanto o número de escravos não suprisse as exigências de produção do domicílio.

Finalmente uma última questão se coloca para a reconstrução da camada de indivíduos composta pelos agregados da elite paulista e reveste-se também de grande importância para matizar os diversos "tipos" de agregados.

Até o momento, os agregados foram divididos em duas grandes categorias: os parentes e os não parentes. No primeiro caso a variável cor não foi levada em consideração, pois ao se relacionar os parentes da elite em questão, subentendemos todos como brancos, mesmo que nem sempre o fossem na realidade...

Mas tratando-se dos outros indivíduos co-residentes este fator teria um significado maior, porque influenciaria, com certeza, a relação deles com o chefe do domicílio. Isto porque jamais deveríamos perder de vista o referencial básico desta sociedade escravista que associava imediatamente o negro ou o mulato a uma condição social inferior, ligando-o, inevitavelmente, ao escravo. Infelizmente, no entanto, os censos só passaram a informar a cor de todos os indivíduos, com maior regularidade, a partir do século XIX.

Percentualmente, nos dois primeiros censos onde encontramos dados relativos à cor, 1808 e 1818, houve uma relativa manutenção das proporções na distribuição dos agregados de acordo com a cor. Os brancos representavam 44%, contra 24% dos pardos e 31% dos negros. Embora os brancos, individualmente, predomassem, a somatória dos agregados não-brancos aponta que estes eram maioria (55%). Em 1829, houve um aumento considerável da parcela dos brancos, que passaram a representar 62.5%, enquanto que os agregados pretos e pardos tiveram perda de seus contingentes. Deve ser ressaltado que em 1808, os agregados parentes (admitidos como brancos portanto) correspondiam a 3.8% dos agregados daquela cor, em 1818 atingiam 5.8% e, finalmente, em 1829 quase triplicaram sua participação no total de agregados brancos, atingindo 15.4%.

De maneira geral podemos dizer que a composição dos domicílios dos grandes proprietários quando modificada através da adesão de agregados, o era, de maneira geral, feita a partir da co-residência de indivíduos predominantemente sós, vivendo sem família. Esses indivíduos em sua maioria eram do sexo masculino, brancos, e na faixa etária considerada de população ativa.

O domicílio era, portanto, uma unidade dinâmica e em constante transformação. Isso era fruto de alterações não só de caráter demográfico (nascimentos, casamentos, mortes e mobilidade dos indivíduos), mas também poderia ser reflexo das condições sócio-econômicas de cada domicílio: mudanças ao nível da produção, da ocupação do chefe, do enriquecimento e acúmulo de bens, e também em função da alteração do status social de cada indivíduo (Berkner, 1972; Klapisch e Demonet, 1972).

Isso sem mencionarmos as transformações que estavam ocorrendo ao nível mais amplo da capitania de São Paulo, discutidas anteriormente.

Assim sendo, como o domicílio dos grandes proprietários se comportou diante das transformações ocorridas na Capitania de São Paulo e mesmo no contexto mais amplo das mudanças ocorridas na metrópole a partir da política pombalina? Que mudanças pode acarretar à dinâmica do domicílio do grande proprietário as transformações de caráter demográfico, social e econômico?

De uma maneira geral, o estudo dos domicílios dos grandes proprietários nos demonstrou a predominância de unidades formadas por famílias nucleares. Mas será que haveria mudança nesta tendência se levássemos em conta por exemplo o sexo do chefe do fogo? Alguns estudiosos acreditam que por ocasião do falecimento do marido (chefe do fogo) seria freqüente a vinda de um parente (do sexo masculino) para assumir o lugar deixado devido ao desaparecimento daquele, afastando deste modo a possibilidade da viúva ocupar o lugar do marido como cabeça de domicílio.

No caso dos domicílios pertencentes ao grupo dos grandes proprietários de escravos, encontramos, nos anos selecionados em nossa análise 35 deles chefiados por mulheres. A porcentagem de domicílios chefiados por mulheres manteve-se em níveis variáveis, atingindo 12.5% em 1779, 7.7 em 1790, 7.5 em 1798, 16.1 em 1808, 9.2 em 1818 e 11.6 em 1829, dando-nos uma porcentagem média acima de 10% no período todo.

A análise destes domicílios revelou que o sexo do chefe não tinha influência decisiva na estrutura domiciliar, pois ainda assim predominava amplamente a estrutura domiciliar composta por famílias nucleares.

Como teria, então, o falecimento do marido afetado o domicílio da elite? Teriam os maridos, temendo pelo patrimônio acumulado, evitado deixa-lo sob a responsabilidade de suas mulheres?

A morte do marido constituía uma etapa chave no ciclo de desenvolvimento do domicílio, pois era um momento no qual poderia haver a divisão da propriedade. No entanto, uma saída para adiar a divisão seria mantê-la consolidada sob a administração da viúva, sendo que este estágio matrifocal temporário possibilitava a manutenção do status quo até a maioridade dos filhos (Metcalf, 1983a: 778).

Para evitar que essa possível fragmentação ocorresse durante a administração temporária das viúvas, a lei impunha, inclusive, restrições aos direitos delas que poderiam, em situações extremas, até serem retirados. Metcalf concluiu que embora as viúvas fossem chefes de família durante esse período de transição, estavam efetivamente impedidas de tomar quaisquer decisões que pudessem colocar em risco os patrimônios familiares (Metcalf, 1983a: 778).

Temos algumas dúvidas se, de fato, o papel da viúva da elite na administração dos bens era tão limitado e apenas constituísse uma fase transitória até a maioridade dos filhos.

Nos casos em que registramos a morte ou ausência prolongada do marido não encontramos a subordinação da mulher a um filho ou a um parente do sexo masculino. Pelo contrário, tudo indicava que a mulher viúva ou de marido ausente assumia quando necessário a direção do grupo doméstico e dos negócios, mesmo quando este tinha como fonte de renda básica a produção para o mercado externo implicando, com certeza, na administração dos bens do marido (terras e escravos).

Este papel ativo da mulher do grande proprietário ficou evidenciado, e nisso ela não era muito diferente da mulher menos privilegiada. Se a mulher menos favorecida tinha que lutar diariamente pelo seu sustento e dos seus, na labuta como lavadeiras, quitandeiras, etc. (Dias, 1980), também a mulher da elite assumia a luta, senão pelo sustento da família, mas pela manutenção dos bens e posição deixados pelo marido.

No momento crítico no ciclo de desenvolvimento do domicílio, ligado à passagem da chefia verificamos que transferência da autoridade para a mulher era uma opção recorrente.

Encontramos uma predominância de, no caso de desaparecimento do chefe, a transferência se dar em favor da mulher. Em 53.8% dos casos a mulher assumiu a chefia devido a morte do marido, embora tivéssemos registrado também transferências temporárias na chefia do domicílio, que ocorriam devido a ausência do marido por um determinado período.

Que fator poderia explicar a preferência de transferir a chefia do domicílio em benefício da mulher? Seria, talvez, resposta à contingência de que, com a morte do marido e a ausência de filhos em condições de ocupar o lugar do pai, as mulheres se viam induzidas a aceitar esta responsabilidade.

Essa hipótese, contudo não nos parece a mais abrangente. Ocorre que, em muitos casos, havia filhos com idade suficiente para chefiar o domicílio, mas mesmo assim as viúvas colocaram-se como cabeça do fogo, como aconteceu no domicílio de Manoel Corrêa Bitancourt que foi casado com Maria Angélica de Oliveira, e faleceu em 1825. Deixou, entre outros filhos, Mateus, rapaz de 20 anos. Apesar disso, quem passou a chefiar o domicílio após seu falecimento, foi sua mulher, Maria Angélica.

Uma situação que deve ser destacada é a do domicílio de Fructuozo Furquim de Campos, da vila de Atibaia, que passou a chefia para seu genro, procedimento este único, pois em nenhum outro domicílio a transferência beneficiou o genro. Esse comportamento deve ser analisado mais de perto porque Metcalf aponta hipóteses explicativas para este comportamento e defende a idéia de que os ricos proprietários haviam criado estratégias familiares que beneficiariam a figura do genro para evitar a fragmentação excessiva do patrimônio, interligando estratégias específicas de casamento, dotação, herança e migração. Combinando estas estratégias os pais usavam o dote para assegurar um bom casamento para a família, selecionando um herdeiro e atraindo um bem posicionado genro, que assumiria no futuro a liderança da família. Enquanto as filhas casavam-se "em casa", os filhos eram encorajados a deixar o domicílio paterno, em direção a novas regiões e casar com mulheres das famílias mais proeminentes de outras áreas (Metcalf, 1983b).

Infelizmente, não analisamos os inventários e testamentos dos grandes proprietários aqui selecionados, para comprovar se este comportamento caracterizaria este grupo social, de maneira tão clara como ocorreu com as famílias de Santana de Parnaíba. As listas nominativas não permitiram que se analisasse esta questão de maneira tão acurada, de tal forma que apenas no caso de Fructuozo Furquim de Campos e de seu genro Lucas de Siqueira Franco encontramos uma situação que se adaptou com perfeição às estratégias familiares definidas por Metcalf.

No entanto, nosso estudo confirmou um padrão de saída dos filhos do sexo masculino que, muito provavelmente, casavam-se fora como indicaram os dados sobre os mecanismos de casamento dos grandes proprietários discutidos anteriormente.

Concluimos que o momento crítico de passagem da autoridade para outros integrantes do domicílio, por ocasião da morte do chefe, ocorria com relativo equilíbrio e obedecendo estratégias definidas. Com o falecimento do marido, a chefia seria passada, preferencialmente, para a mulher. Por ocasião do falecimento dela, um filho ou uma filha passaria a encabeçar o domicílio. Não foi registrado a volta para o fogo paterno de um filho casado ou uma filha e o genro para assumir a chefia, em lu-

gar da viúva, pois a transferência da autoridade se dava em benefício de um dos elementos que coabitavam o fogo.

Estudiosos da família e do domicílio admitem que sua composição e estrutura também seriam influenciadas, pela faixa etária do chefe do domicílio de acordo com um ciclo de vida onde as fases extensas e nucleares se alternassem, segundo a idade do chefe (Berkner, 1972: 404).

Para os domicílios dos grandes proprietários paulistas, de ambas as regiões, a idéia deste ciclo parece não se aplicar. A análise das idades dos chefes, de acordo com o tipo de domicílio, não revelou uma influência decisiva desse fator na organização familiar e domiciliar. Independentemente da faixa etária onde se encontrasse o grande proprietário, predominaram os domicílios compostos por famílias nucleares.

A situação econômica do domicílio, também é uma variável que pode ser modificadora de sua estrutura. De fato, há um consenso em se relacionar de forma diretamente proporcional o enriquecimento e o alargamento do grupo familiar e domiciliar (Berkner, 1972: 404 e ss.), associando estruturas domiciliares nucleares a grupos domésticos com uma situação econômica menos privilegiada, e estruturas extensas a domicílios mais ricos.

Freqüentemente, define-se a riqueza através do valor da propriedade da terra ou em moeda (Klapisch e Demonet, 1972: 886 e ss.; Berkner, 1972: 407 e ss.). Em nosso caso, como o parâmetro de riqueza foi fixado pela posse do escravo, este funcionou como indicador apropriado da condição econômica do domicílio.

Novamente a expectativa não se concretizou na prática. Os dados revelados indicaram que, independentemente do número de escravos (que variou de zero a "n"), predominaram as estruturas domiciliares compostas pela família nuclear. Destacando-se apenas os resultados obtidos para os domicílios com mais de 40 escravos temos que 59.8% deles eram compostos por famílias nucleares, 15.2% domicílios múltiplos, 14.3% sem estrutura familiar, 7.1% domicílios com famílias extensas e finalmente, 3.6% domicílios solitários, mesmo quando atingem o número mínimo de escravos para fazer parte de nossa amostra domicílios compostos de famílias nucleares somam quase 60% do total.

Reunindo as tendências até aqui apresentadas, o domicílio do grande proprietário, revelou como traço característico de seu ciclo de desenvolvimento, um comportamento que levava os indivíduos do sexo masculino a saírem do fogo paterno e se estabelecerem por conta própria para, mais tarde, contrair matrimônio. A criação desta nova família e deste novo domicílio, implicaria em uma vivência baseada quase que exclusivamente na família nuclear (pais e filhos), sem a presença de outros elementos co-residentes, além dos escravos.

A eventual presença do agregado não acarretava mudança na estrutura interna do domicílio e da família, pois quase sempre eram indivíduos sós, sem ligação de parentesco com o chefe, que se juntavam ao fogo por um curto período.

Quando a estrutura domiciliar era alterada, a maneira mais comum era pela inclusão de parentes do chefe. Por outro lado, quando este fato se dava, apresentava-se como uma circunstância fortuita que, na maioria das vezes, deixava à cargo do grande proprietário algum sobrinho ou neto órfão, ou ainda irmãos solteiros. Mesmo neste caso de parentes agregados, via de regra, a permanência sob a autoridade e proteção daqueles proprietários se dava por pouco tempo.

Portanto, os fatores de ordem demográfica, como envelhecimento do chefe, casamentos ou mortes, constituíam ocorrências que pouco afetavam a organização domiciliar. A medida que o casal envelhecia via seus filhos deixarem sua companhia para estabelecerem suas próprias famílias, terminando por deixar apenas o casal, ou mais freqüentemente uma viúva e filhos solteiros, até que o falecimento da viúva levasse à formação de um domicílio solitário, ou sem estrutura familiar. Tudo indica que a dinâmica que modificava os domicílios obedecia a um movimento cíclico sim, mas não se alterava entre família nuclear e extensa, mas de família nuclear para estruturas mais simplificadas (domicílios solitários ou sem estrutura familiar). O caminho básico era este, e mesmo fatores de ordem econômica não tinham vínculos explícitos com a variação desta estrutura típica.

3. A formação das fortunas e as estratégias familiares

O estudo da família e do grupo doméstico dos proprietários de grandes escravarias nos indicou algumas das estratégias e mecanismos encontrados pela elite para acumular e concentrar cada vez mais patrimônio.

Para desvendar e compreender melhor estes mecanismos, buscamos conhecer o caminho pelo qual a elite enriqueceu. Este enriquecimento estava basicamente ligado ao aumento do contingente de escravos nas mãos dos proprietários, embora não tenhamos esquecido da aquisição de bens imóveis, principalmente a terra.

Outro elemento fundamental durante o processo de enriquecimento foram as alianças familiares que possibilitaram a gradativa interligação destas famílias, através de uma rede de parentesco que, por sua vez, contribuiu de forma decisiva para a concentração das fortunas.

Se este enriquecimento foi auferido principalmente nos setenta anos analisados, que mecanismos o geraram? Como estas fortunas foram

formadas? E mais, em que condições o proprietário teve acesso à terra? A combinação das listas nominativas de habitantes e do cadastro de terras de 1817 (ou inventário dos bens rústicos) forneceu elementos para elucidar algumas destas questões.

O primeiro índice significativo que corroborou a assertiva de que o enriquecimento destes proprietários se deu no intervalo de tempo analisado, é a concentração média de escravos por proprietário revelada nos censos destacados.

Tabela 4: Média de escravos por proprietário

Ano	Vale do Paraíba	Capital e arredores	Soma das regiões
1779	24.0	16.3	20.1
1790	18.5	15.1	17.2
1798	24.4	21.8	23.3
1808	33.1	25.3	30.9
1818	33.2	31.0	32.8
1829	50.9	37.1	48.3

A média crescente de escravos por proprietário demonstrou com clareza como a concentração de mão de obra escrava estava se dando de maneira contínua. Se considerarmos apenas aqueles que possuíam mais de 40 escravos nos censos determinados, veremos que a média ficou acima dos 50, chegando a 70 escravos por proprietário no censo de 1818.

Pela análise da família e do grupo doméstico, descobrimos como comportamento usual, a saída dos indivíduos do fogo paterno, para começar a vida com independência, antes do casamento se realizar. Vimos também que aqueles indivíduos possuíam poucos ou nenhum escravo, no momento de fundação do novo lar. Isto confirma que, de fato, os indivíduos construíram suas fortunas a partir de poucos recursos iniciais, sendo que poucos deles haviam recebido escravos como dote ou herança dos pais, no início da vida conjugal. Outros elementos poderiam ser acrescentados a esta análise da formação das fortunas, especialmente a partir das escrituras de dotes, e inventários e testamentos dos integrantes da elite. No entanto este não era o objetivo primordial do estudo. Fica pois, em aberto a questão, já que as próprias listas nominativas fazem referência à entrega de alguns escravos em dote para os filhos dos proprietários.

Para revelar os mecanismos pelos quais esses elementos chegaram a posição tão elevada na escala social, reunimos ainda outros elementos

complementares. O primeiro ligado ao acesso e posse da terra e, o segundo, relacionado à forma pela qual a propriedade era utilizada e para quais atividades econômicas estava voltada.

As propriedades relacionadas no inventário dos bens rústicos da região da Capital e arredores, 17 no total, estavam distribuídas entre seis proprietários declarados. Apenas dois possuíam mais de uma porção de terra, Nicolau Soares de Pugas Duque, de Atibaia, que declarou ser dono de dez propriedades diferentes, e Eleutério da Silva Prado, da Capital, que disse ser proprietário de três lotes de terra na vila de Jundiáí, informação esta obtida através do Cadastro de Terras da vila.

Os dados deste cadastro nos apontaram a forma pela qual as propriedades foram adquiridas. Apenas para três delas não obtivemos informação de como chegaram às mãos dos proprietários. Das 14 restantes, 13 delas (93%) foram obtidas por compra, e apenas uma por sesmaria.

No Vale do Paraíba, as 71 propriedades relacionadas estavam distribuídas entre 53 indivíduos, sendo que nove deles apresentaram-se como donos de mais de uma propriedade, Brás de Oliveira Arruda, da vila de Lorena contava, por exemplo, contava com cinco propriedades em seu nome.

Do total de propriedades, 41% não trouxeram a informação sobre a forma pela qual foram para nas mãos dos indivíduos que declaram a posse. Das restantes 43.7% foram obtidas por compra, 5.7% por compra e herança, a mesma porcentagem apenas por herança, e finalmente, 1.4% foi obtida por posse, sesmaria, compra e posse. Se somarmos aquelas adquiridas por posse e compra, e herança e compra, atingiremos 51.0% do total.

Assim, para as duas regiões estudadas, a maioria dos indivíduos tiveram acesso à propriedade da terra através da aquisição das mesmas. Isto indica que a terra, já naquele momento, representava um valor cobijado, pois a compra em si, demonstra que havia mais interessados do que terras disponíveis. Outro fator que reforça esta hipótese de valorização da terra, foi o fato de que apenas duas propriedades foram adquiridas através de posse (a rigor apenas uma por posse pura e simples, pois a outra foi adquirida por posse e compra).

O tamanho das propriedades variou, desde aquelas de apenas oito, dez ou doze alqueires, até, a maior delas, a propriedade de Manoel José de Mello, de Guaratinguetá, com 14.400 alqueires.

A unidade de medida utilizada para exprimir o tamanho da propriedade no cadastro de terras, foi dada em braças, ou eventualmente em léguas. Para efeito de comparação de grandezas adotamos como medida padrão o alqueire paulista (24.200 m²), já que os diversos autores que

trataram do tema empregaram medidas variadas (Herrmann, 1986; Canabrava, 1972b; Freitas, 1986).

A análise do tamanho da propriedade no Vale do Paraíba, levou em conta as diferentes sub-áreas do Vale, agrupadas pela diversidade dos tipos de ocupação econômica predominantes.

As áreas compostas pelas vilas de Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá (zona 2) e Lorena, Areias e Freguesia do Bananal (zona 3), concentraram o maior número de proprietários com mais de 40 escravos e, como apontamos anteriormente, as atividades econômicas mais importantes estavam ligadas à agricultura de cana, produção do açúcar e café, tendo também lugar de destaque a atividade tropeira. As vilas de Cunha e São Luís do Paraitinga (zona 1), mais afastadas das rotas de comércio que ligavam São Paulo a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, apresentavam como atividade econômica mais importante a criação e exportação de capados.

Uma análise mais detida dos oito proprietários que arrolados no cadastro de terras para as vilas de São Luís do Paraitinga e Cunha, nos revelou que concentravam a menor área total de propriedades pertencentes ao Vale, ficando com 17.523,8 alqueires. No entanto, estes 8 proprietários concentravam a maior área média, com cada um possuindo 2.190,5 alqueires. Como o número de proprietários não corresponde ao total de propriedades (12 ao todo), o tamanho médio desta girou em torno de 1.460 alqueires.

Do conjunto destes proprietários, destacaram-se Antonio José de Macedo e José Alvares de Oliveira, ambos da vila Cunha, que reuniram nada menos que 78.6% da área total, sendo o primeiro, proprietário de mais de 9.800 alqueires, divididos em 3 propriedades, enquanto que José Alvares de Oliveira, possuía 3.935 alqueires. Se excluirmos estes dois proprietários, o tamanho médio das propriedades ficaria em torno de 625 alqueires.

Na zona, que reunia as vilas de Jacareí, Pindamonhangaba, Taubaté e Guaratinguetá, encontramos o maior conjunto de área concentrada em mãos da elite analisada, alcançando 23.835,4 alqueires, deixando à primeira vista a média de 953,5 alqueires por proprietário. Contudo, este dado, foi superestimado, pois encontrava-se nesta zona o maior latifúndio registrado, o Engenho Conceição, pertencente a Manoel José de Mello, da vila de Guaratinguetá, com 14.400 alqueires de extensão (Herrmann, 1986: 80; Moura, 1986), mencionado anteriormente. Esta propriedade contava também com um dos maiores plantéis de escravos, atingindo em 1818, ano de realização do cadastramento das propriedades fundiárias, a cifra de 177 escravos, embora chegasse a possuir 200 em 1820.

Se excluirmos a área do Conceição, restava para os outros proprietários desta zona, uma média de 393 alqueires, sendo que a propriedade média teria em torno de 337 alqueires.

Outros proprietários se destacaram do conjunto, sem no entanto, fazer sombra a Manoel José de Mello. Foram eles, Ignácio Marcondes do Amaral, com 1.574 alqueires (2 propriedades em Pindamonhangaba), José Joaquim Nogueira e José Lobato de Moura (ambos de Jacareí), com 1.400 e 1.380 alqueires respectivamente.

Por último, a zona que englobava as vilas de Areias, Lorena e Freguesia do Bananal, que concentrou 19.720,2 alqueires no total. Os proprietários desta área possuíam em média 963,5 alqueires, e cada propriedade teria em média de 770 alqueires.

O maior proprietário da região foi Ventura José de Abreu, dono da fazenda Bocaina, de Lorena, possuidor de 4.500 alqueires, perfazendo mais de 23% da superfície total pertencente à elite naquela zona.

O segundo maior proprietário foi Brás de Oliveira Arruda (Areias), que atingiu 3.096 alqueires, somando-se as cinco propriedades declaradas na cadastro.

Uma análise global da região do Vale do Paraíba, mostrou que a grande maioria destes senhores de terras residia nas propriedades que possuíam (87%). Apenas 13% declararam "morar na vila", ou fora das propriedades recenseadas no cadastro. O absenteísmo era portanto muito pouco significativo entre a elite vale-paraibana. Em verdade, esse fato confirma a impressão de August de Saint-Hilaire, pela qual os proprietários habitavam em suas fazendas, só vindo à vila em ocasiões especiais (Saint-Hilaire, 1974: 72) Alcântara Machado, também apontou a mesma situação à propósito da pobreza das vilas em São Paulo, e atribuía o fato à supremacia do meio rural sobre o meio urbano, justificando que o fazendeiro vinha à cidade para festa civis ou religiosas e para liquidar algum negócio (Machado, 1980: 60).

Ao definirmos as diferentes zonas do Vale do Paraíba, adotamos como critério as distintas atividades econômicas que predominavam em cada uma delas. A diferenciação se confirmou, pelo exame das atividades declaradas pelos proprietários no decorrer dos anos e que foram arroladas para cada domicílio.

A sucessão das ocupações ao longo do tempo descortinaram os meios e condições pelos quais os proprietários adquiriram bens, especialmente o montante de escravos, que teve seu número sensivelmente aumentado no período.

Os proprietários de grandes escravarias, inicialmente dedicaram-se a atividades ligadas à agricultura de gêneros de subsistência, independen-

temente da zona interna ao Vale. Em geral, a primeira atividade declarada nas listas nominativas foram aquelas ligadas a produção de subsistência (70% dos proprietários da zona 1, 41% da zona 2 e 40% da zona 3).

A medida que os proprietários se encaminharam para as atividades que caracterizaram cada uma das zonas, houve o incremento deste número médio de escravos. Deste modo, quando uma parcela expressiva dos proprietários da zona 1 declarou dedicar-se à criação de capados, a média de escravos de cada proprietário estava perto dos 26, na zona onde as principais ocupações estavam ligadas à atividade tropeira e a produção de açúcar, os proprietários que apresentaram-se como "Senhores de Engenho e/ou tropeiros" detinham em média 43.5 escravos e para a zona onde a fazenda de café substituiu o engenho, os proprietários quando começaram a cultivá-lo possuíam em média 44.5 escravos.

Outras atividades exercidas concomitantemente pelos proprietários, tanto da zona de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté, como da que reunia Lorena, Areias e Bananal, e que também contribuíram para o enriquecimento e acúmulo de escravos foram aquelas ligadas ao comércio. Neste caso destacamos o comércio de "fazenda seca", "negociante de gado" e outros "negócios" não especificados.

As atividades ligadas ao tropeirismo, produção de açúcar e negócios de "fazenda seca", em muitos casos levaram os indivíduos que a elas se dedicaram, a passar, no final do período analisado, a ocupar-se com atividades predominantemente centralizadas na produção do café. Fato que comprovou esta opção, foi que 28.5% dos domicílios da zona 2 que se dedicavam inicialmente à atividade tropeira ou fabricação de açúcar, lançaram-se à produção do café, e declararam possuir, nesse momento, 50 escravos em média. Na zona 3, a porcentagem se elevou ainda mais. Nada menos que 40% dos proprietários, deixaram de produzir o açúcar para dedicar-se ao cultivo do café.

Era muito comum que estes indivíduos declarassem mais de uma atividade econômica, conjugando ocupações que na verdade facilitavam o incremento e/ou o escoamento de sua produção. Isto ficou mais explícito no final do período analisado, quando o café começou a ocupar posição de maior destaque, especialmente na zona que englobava o centro do vale (zona 2). Ali, dos 28.5% dos proprietários que produziam café, quase dois terços, declararam possuir ao mesmo tempo tropa ou fazenda de criar. A mesma tendência foi encontrada na zona 3, onde dos 40% de proprietários que transformaram seus engenhos em fazendas de café, mais da metade deles dedicaram-se ao tropeirismo.

As atividades que predominavam para a região composta pelas vilas que circundavam a capital de São Paulo, apresentaram tendência semel-

hante à do Vale, no que diz respeito às primeiras atividades declaradas nos censos. Quase 40% do total de proprietários dedicaram-se inicialmente à agricultura de gêneros de subsistência. Outras atividades de importância para a região, foram as de negociante e de agricultores conjugados com criação. Dos proprietários da região, quase metade deles dedicaram-se àquelas ocupações.

O número médio de cativos possuídos no momento em que, pela primeira vez, declararam as atividades do domicílio, girava em torno de 24 escravos por proprietário.

Com o passar dos anos, uma porcentagem significativa destes indivíduos transformaram-se em senhores de engenho, ou passaram a dedicar-se a atividades ligadas ao tropeirismo. Do total, 37% declararam-se "senhores de engenho", e 21 % dedicaram-se ao tropeirismo. Vale ressaltar que alguns exerceram concomitantemente estas atividades.

A média de escravos por proprietário, no momento em que passaram a se dedicar a estas atividades mais rentáveis, era de 27 escravos. Nota-se que este número cresceu de maneira pouco significativa, e isso se deve ao fato de que muitos destes senhores de engenho não tinham escravos nas vilas que compunham a região vizinha da cidade de São Paulo e, muito menos, os possuíam em número elevado na capital, onde residiam. Os donos das mais importantes fortunas, em escravos e terras, desta região, não tiveram seus reais efetivos declarados nos censos relativos à capital da Província. Este foi, por exemplo, o caso de Eleutério da Silva Prado (com engenhos em Jundiá), Luís Antonio de Souza com engenhos em Campinas e Piracicaba) e Joaquim Manoel da Silva e Castro (com engenho em Campinas). Um exame do número de escravos declarados por estes proprietários nos censos da capital, demonstra que possuíam entre 10 a 15 escravos. Os plantéis maiores estariam distribuídos nas propriedades e engenhos que possuíam em outras localidades, geralmente na região do oeste paulista.

As propriedades relacionadas no cadastro de terra de 1818 para as vilas desta região foram, como vimos, encontradas em número reduzido devido à falta da documentação referente às vilas de Santana de Parnaíba e freguesia de São Roque, que reuniam o maior número de proprietários, por isso mesmo, perdendo em significado, se comparados aos resultados obtidos para o Vale do Paraíba. Contudo, podemos tecer algumas considerações sobre as diferenças entre as áreas.

O primeiro grande entrave à análise dos proprietários da região da Capital e arredores, deve-se ao fato que dois dos principais latifundiários não possuíam as terras nesta região e eram áreas nada desprezíveis, como Eleutério da Silva Prado possuidor de 1125 alqueires. Entretanto,

o caso mais excepcional foi o de Luís Antonio de Souza detentor de 11.623 alqueires, o segundo maior proprietário de terra entre a elite analisada. Reunia esta extensão de terras em 11 propriedades diferentes, distribuídas nas vilas de Campinas e Piracicaba. Em quantidade de área possuída, perdia somente para Manoel José de Mello, dono do engenho Conceição, citado anteriormente. Assim, nossa análise ficou restrita a cinco proprietários para os quais dispúnhamos de dados sobre seus bens imóveis.

Nicolau Soares de Pugas Duque, por exemplo, concentrava 820 alqueires. Este total estava distribuído em 10 diferentes lotes de terra de tamanho extremamente variado. O maior deles com mais de 338 alqueires, enquanto que o menor não atingia meio alqueire.

Os outros proprietários declararam possuir apenas uma propriedade. A maior delas pertencia a Lucas de Siqueira Franco, de Atibaia, possuidor de mais de 787 alqueires. A seguir, temos a propriedade de João Francisco Dutra, senhor de 561 alqueires, também de Atibaia. A menor extensão de terra entre esses proprietários era pertencente ao sargento-mór Francisco de Mello, de Moji das Cruzes, que possuía apenas 24 alqueires.

Excluídas as terras possuídas fora da região que circundava a capital, temos que cada um dos proprietários detinha, em média, 467 alqueires. Se considerarmos, no entanto, apenas o tamanho médio de cada propriedade, encontraremos cada uma delas com 167 alqueires (14 propriedades distribuídas entre 5 proprietários).

Tudo isso mostra que a região apresentava proprietários comparativamente "menos ricos" pois reunia menor quantidade média de escravos e de terras para cada um, ficando muito abaixo dos bens pertencentes à elite vale-paraibana.

O acúmulo de terras e escravos realizado pela elite analisada se fez, em grande parte, ao longo dos anos. Partiram, quase sempre, de atividades voltadas para a agricultura de subsistência, para posteriormente, com recursos aí acumulados lançarem-se a atividades mais lucrativas e integradas no circuito internacional de comércio, como a lavoura da cana e do café conjugada à atividade tropeira que manteve-se sempre, lado a lado, ao cultivo dos gêneros de exportação.

Porém outros caminhos, além destes, levaram à formação, ou mais do que isso, à consolidação desta elite proprietária, caminhos estes, estreitamente vinculados às estratégias familiares de escolha do cônjuge, casamentos consangüíneos e homogamia social.

A análise das estratégias familiares e das relações de parentesco entre as famílias que compunham o pequeno círculo da elite proprietária de

grandes escravarias, mostrou que o casamento constituía também um importante instrumento de manutenção e concentração das fortunas acumuladas (Machado, 1980: 60).

Confirmou-se portanto o consenso existente entre estudiosos da família das sociedades tradicionais, que reconhece que a escolha do cônjuge e as estratégias de aliança e parentesco estavam intrinsecamente ligadas aos interesses do grupo social que representavam e, em última análise, à sobrevivência do mesmo.

Se para a Europa do Antigo Regime os mecanismos de aliança mostraram a predominância de se manter a paridade no casamento, os estudos que vêm analisando o casamento no Brasil tradicional, nos revelaram que estes padrões também marcaram a definição dos parceiros ideais para o casamento.

O casamento de "razão" também na sociedade colonial superava o casamento baseado numa relação de amor e livre escolha. Devido a pressões da sociedade, preferencialmente, o casamento se dava dentro do mesmo grupo social (Silva, 1984: 69).

Eni Samara também admite que o casamento em São Paulo, no século XIX deveria se dar entre pessoas iguais, principalmente entre a elite branca (Samara, 1981a: 20), onde a ausência de pretendentes adequados levava inclusive estes indivíduos a optarem pelo celibato.

Até que ponto, a falta de pretendentes adequados abriu a possibilidade de fusão com outros grupos sociais? Ou, pelo contrário, a falta de parceiros do mesmo nível sócio-econômico não teria gerado outros mecanismos para evitar esta abertura?

Devemos considerar portanto, as dificuldades concretas para a realização do "casamento ideal", especificamente no tocante à disponibilidade de cônjuges elegíveis e um eventual estímulo à fusão com outros grupos sociais (Samara, 1981a: 21).

No caso de se optar pela manutenção do fechamento do grupo social, poderíamos ter como consequência, dois mecanismos alternativos. De um lado o aumento da incidência de casamentos consangüíneos e, de outro, um alargamento no leque de pretendentes, mas não das fronteiras sociais do grupo. Isso se daria, por exemplo, através da ampliação das fronteiras geográficas do mercado matrimonial, impondo a busca de parceiros ideais, independentemente das distâncias geográficas a serem percorridas.

A relevância do estudo das relações de parentesco e de casamento é indiscutível. Desde estudos clássicos como os de Gilberto Freyre (1981: 255, 341-342), até os mais recentes como os de Darrell Levi, que estuda a família Prado (Levi, 1977: 102) e de Eni Samara (1981a: 18 e seg) en-

tre outros, atestam que um mecanismo utilizado para assegurar parceiros ideais para os casamentos era a opção pela consangüinidade, especialmente entre as camadas mais privilegiadas da população. Com extrema sagacidade, Alcântara Machado captou o porquê desta escolha:

"por isso mesmo e porque são poucas as pessoas dessa limpeza e qualidade, os casamentos se fazem num círculo muito limitado, e as famílias andam em São Paulo tão travadas umas com as outras que abundam as uniões consangüíneas..." (Machado, 1980: 158).

O exame de alguns dossiês dos indivíduos integrantes da elite analisada foram utilizados para que pudéssemos testar empiricamente essas afirmativas, através da recomposição das relações familiares, da rede de parentesco e dos mecanismos que regulavam o mercado matrimonial entre o grupo dos grandes proprietários.

As relações de aliança foram analisadas sob duas perspectivas: de um lado as alianças que privilegiavam uma homogamia geográfica ou social; e por outro as que preferencialmente ligavam indivíduos de uma mesma família, onde se revelaram altos índices de consangüinidade nos casamentos, tendendo pois, para a endogamia.

Os comportamentos que apresentaram homogamia social foram predominantes entre as famílias dos grandes proprietários. A família de Hilário Gomes Nogueira, uma das principais da vila de Lorena e do própria Vale do Paraíba é um exemplo típico. Dos 12 filhos do casal Hilário e Maria Josefa, 3 filhas estabeleceram alianças matrimoniais com outros indivíduos integrantes do grupo dos grandes proprietários. Assim, a segunda filha do casal, Flora Gomes Nogueira casou-se com Joaquim Silvério de Castro Medronho, que foi um importante proprietário de escravos da vila de Areias, chegando a possuir 121 escravos em 1830; Alda Maria Floriana Nogueira, casou-se com Brás de Oliveira Arruda, de Lorena e depois Bananal, filho também de outra importante figura da vila de Lorena, José Antonio de Oliveira, que em 1803 possuía 44 escravos. Este casal que se formou, reunindo Brás e Alda Maria, possuiu por sua vez um enorme contingente de escravos, que atingiu 245 almas, no ano de 1822. Finalmente sua filha Placedina Carolina Nogueira, casou-se com Antonio Barboza da Silva, dono da fazenda Bom Retiro, conhecido como "o Baú", proprietário de mais de uma centena de escravos (Rodrigues, 1980: 172).

Nas gerações seguintes, pudemos estabelecer outros casamentos que estreitaram mais estes importantes troncos familiares da região de Lorena, Areias e Bananal.

Nesta mesma linha, temos outra importante família, da vila de Pindamonhangaba, cujo casal fundador foi Antonio Marcondes do Amaral e

sua primeira mulher Magdalena Corrêa (ou Maria Magdalena). O casal teve 6 filhos, sendo que quatro casaram-se na própria vila de Pindamonhangaba e dois fora.

Ambos os filhos que se casaram fora da vila de residência dos pais, o fizeram em Guaratinguetá, e na mesma família. Maria Marcondes de Oliveira filha de Antonio Marcondes do Amaral e Magdalena Correa, casou-se em segundas núpcias com Manoel Antonio dos Santos, viúvo e também grande proprietário acompanhado em nosso levantamento. Thomas Marcondes do Amaral, irmão de Maria Marcondes casou-se também em Guaratinguetá com Maria Antonia dos Santos, filha do mesmo Manoel Antonio dos Santos e de sua primeira mulher.

Deste modo, está claro que havia uma forte tendência de se concentrarem as alianças entre os grupos familiares pertencentes aos grandes proprietários. Porém mais do que a homogamia social, os exemplos das famílias destacadas nos levam a perceber alianças matrimoniais que tinham por objetivo concentrar fortunas e unir famílias da mesma vila ou vilas próximas, como foi o caso dos casamentos entre as famílias das vilas de Lorena, Areias e Bananal, ou as de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté, apontando uma tendência também de homogamia geográfica.

Se para o Vale do Paraíba este comportamento de homogamia geográfica foi uniforme, o mesmo nem sempre ocorreu para as alianças familiares resultantes de casamentos entre os grandes proprietários da região da cidade de São Paulo e arredores.

Do total de famílias utilizadas para esta análise (14 famílias) encontramos filhos destes casais, contraindo matrimônio com indivíduos da região oeste de São Paulo. Isto é, enquanto para o Vale do Paraíba o casamento se dava entre homens e mulheres da mesma região, e preferencialmente da mesma vila, em outra área da Capitania, uma das alternativas da escolha de parceiros ideais de casamento era a busca destes pretendentes em outras regiões, embora sempre pertencentes ao mesmo grupo social dos grandes proprietários, obviamente. O comportamento detectado, nos indicou uma homogamia social, mas também uma tendência a exogamia geográfica.

O que justificaria este duplo padrão de alianças matrimoniais e de parentesco entre as famílias pertencentes a região próxima da capital de São Paulo?

A resposta está exatamente na análise mais detida e detalhada das famílias onde ocorreram estas escolhas "atípicas". O que existiu de comum em todos estes casos, foi a ligação destas famílias a ramos familiares ilustres do oeste paulista. Vejamos: João Tibiriçá de Piratininga, filho de João de Almeida Prado, um dos patronos da família Almeida Prado,

de Itu, estabeleceu pois, alianças familiares com famílias ilustres de Itu e de Jundiá; os Silva Prado, casaram filhos na família Pacheco da vila de Itu, trocando filhos e filhas; os Camargo Penteado, rica família de Campinas, optou por estabelecer alianças no mesmo ramo familiar, embora residentes em outra região, no caso, na Freguesia de São Roque e, finalmente, o caso mais interessante, ligado aos Souza Queiroz, onde Luís Antonio de Souza um dos homens mais ricos da capitania casou seus filhos tanto entre os próprios Souza Queiroz, como em outras famílias importantes do oeste paulista, reafirmando inclusive alianças comerciais ao casar um filho com uma filha de Nicolau de Campos Vergueiro, sócio em inúmeros empreendimentos e engenhos. Finalmente, não deixou de casar uma de suas filhas, em importante família de Minas Gerais. Estas estratégias adotadas pela família Souza Queiroz, que foram extremamente diversificadas e representativas dos interesses que as dirigiram, permitiram não só a consolidação de sua posição como uma das famílias mais importantes da Capitania-Província de São Paulo, mas a extensão de sua rede de alianças e parentesco com as mais proeminentes famílias da Província e de fora dela.

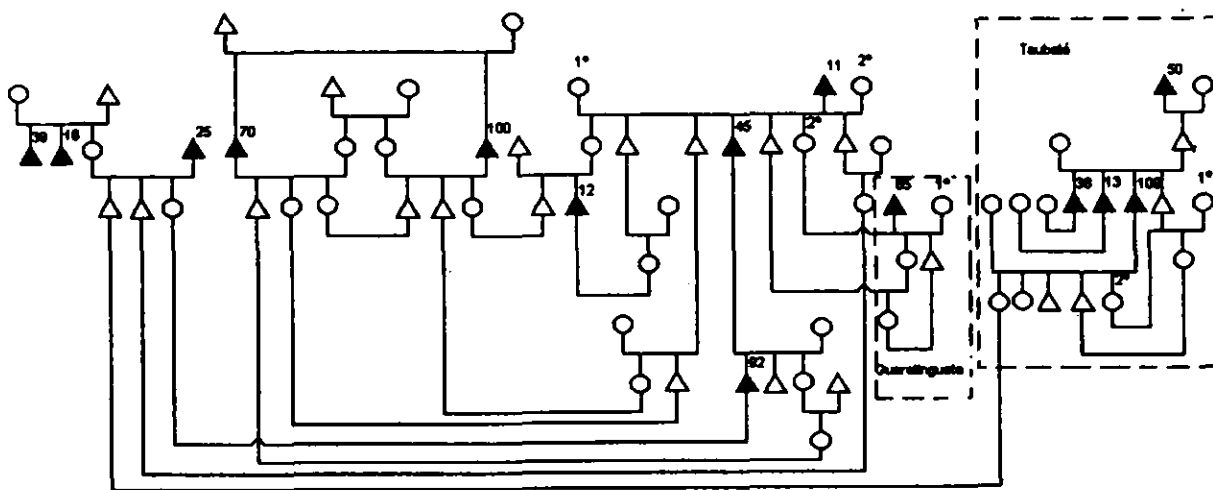
Isto demonstrou, que os mecanismos de escolha dos cônjuges e as ligações familiares obedeceram a uma homogamia social muito forte, mas nem sempre o mesmo se repetia com relação à área geográfica. Se a família tinha possibilidade e ligações de parentesco com elites de outras regiões as alianças se sucediam, como forma de aumentar as áreas de influência e solidariedade, bem como funcionavam como forma de concentrar a fortuna familiar.

Talvez isto não explicasse tudo, devemos levar em conta outros fatores, como por exemplo, a atração que a região oeste estava exercendo sobre aqueles indivíduos. Era uma região em franco desenvolvimento, a caminho de se tornar o maior centro produtor paulista de gêneros de exportação (açúcar e mais tarde o café), enquanto que o Vale do Paraíba era uma região mais antiga de povoamento, com populações estabelecidas a mais tempo, possivelmente levando a um maior fechamento de opções em torno da escolha do cônjuge, propiciando uma tendência de homogamia tanto no sentido social quanto geográfico.

Esta tendência se manifestou de forma flagrante através da análise dos troncos familiares mais importantes da região do Vale do Paraíba, onde encontramos a prova de que os casamentos da elite, em sua maioria, obedeciam a critérios específicos que levaram à concentração do poder e do patrimônio. E isto, sem dúvida, devido aos padrões de escolha dos cônjuges que propiciavam a ligação das principais famílias entre si, gerando um índice de consangüinidade bastante expressivo.

O conjunto de famílias acompanhadas para a vila de Pindamonhangaba apresentou um quadro ilustrativo deste comportamento. De onze famílias da amostra, nada menos que nove delas apresentaram ligações de parentesco e/ou aliança criando um labirinto de relações de parentesco, como demonstra o quadro abaixo. Observe-se que para estas famílias foram representados apenas e tão somente aqueles membros que foram identificados na rede familiar, deste modo abstevémo-nos de representar os outros elementos que compunham a parentela.

Pindamonhangaba



O quadro nos mostrou que o tronco familiar originário de Antonio Marcondes do Amaral (nº11) destacou seis filhos do primeiro casamento e um filho do segundo. O de Custódio Gomes Varela (nº 25), destaca três filhos, e os Godoi Moreira tem também salientado três filhos cada um, sendo José de Godoi Moreira o número 70, e Miguel de Godoi Moreira o número 100.

O emaranhado de linhas reunindo os descendentes destes primeiros casais, confirmou a tendência de se buscarem parceiros conjugais apropriados, preferencialmente, dentro do mesmo grupo social e de residência. Isto fica claro observando-se os indivíduos representados no quadro de parentesco, e verificando que alguns descendentes destas famílias também possuíam grandes escravarias, e continuaram fazendo alianças matrimoniais entre os mesmos troncos iniciais.

Os casamentos consangüíneos eram freqüentes. Entre os Marcondes do Amaral tivemos o casamento de Antonio Monteiro do Amaral, neto materno de Antonio Marcondes, filho de Antonia Cardozo do Amaral e Manoel Monteiro de Castilho, e Clara Marcondes, neta paterna de Antonio Marcondes e filha de Agostinho Marcondes do Amaral e de Maria da

Conceição Oliveira. O mesmo se deu entre os Godoi Moreira, com casamento de Isabel Maria de Oliveira, filha de José de Godoi Moreira e Costa, e Antonio de Godoi Moreira, filho de Miguel de Godoi Moreira.

Mas o círculo de parentesco não era totalmente fechado, embora os casamentos se dessem com maior frequência dentro do espaço geográfico restrito da vila e no círculo mais restrito ainda das famílias principais da mesma vila, algumas ligações externas com famílias importantes de outras vilas da região foram consagradas.

Os troncos familiares dos Gomes Varella e dos Marcondes do Amaral buscaram estas ligações estratégicas com famílias proprietárias de grandes escravarias de outras vilas do Vale do Paraíba. Mas, sintomaticamente, escolheram famílias de vilas diferentes para estabelecer estas alianças matrimoniais.

Os Marcondes do Amaral optaram pela família de Manoel Antonio dos Santos, de Guaratinguetá (nº 85). Manoel Antonio, se casou em primeiras núpcias com Catarina da Anunciação, em 1765, com a qual teve onze filhos. Com a morte de Catarina, provavelmente em 1780, casou-se em segundas núpcias com Maria Vieira Marcondes (viúva de Ignácio Bicudo Oliveira), sendo filha de Antonio Marcondes do Amaral.

Ainda nesta mesma família de Guaratinguetá houve outro casamento, estreitando ainda mais as ligações com os Marcondes do Amaral, de Pindamonhangaba, ao casarem Thomas Marcondes do Amaral (filho de Antonio Marcondes) e Maria Antonia dos Santos, filha de Manoel Antonio dos Santos e de Catarina da Anunciação, sua primeira mulher.

Os descendentes de Antonio Marcondes do Amaral estenderam suas alianças matrimoniais junto a outras famílias de grandes proprietários, das vilas de Taubaté e Jacareí.

Os Gomes Varella, ligaram-se por sua vez a importante família de Taubaté, com o matrimônio de Maria Leopoldina Marcondes Varella e Antonio Gomes Varella Lessa, ele filho de Custódio Gomes Varella e ela, filha de Victoriano Moreira da Costa (nº 109).

O mesmo comportamento para os troncos familiares das duas zonas analisadas se repetia, pois recorrentemente eram estabelecidas novas ligações entre as famílias, no âmbito definido da vila, ou mais amplamente estabelecendo alianças com outras famílias da mesma zona interna do Vale do Paraíba. O resultado foi um complexo círculo de parentesco que tendia a concentrar cada vez mais terras e escravos nas mãos destes indivíduos.

Concluimos pois, que os casamentos representavam importante instrumento para a manutenção e consolidação do poder econômico das famílias, transformando-os em verdadeiras alianças de interesse dos gru-

pos, que buscavam preferencialmente reforçar sua posição numa área geográfica próxima, a estabelecer alianças fora de sua região. Em trabalho recente, tratamos com mais profundidade a questão do casamento e da mobilidade geográfica da elite analisada (Scott, 1994).

Neste ponto em especial, o comportamento diferia entre as elites do Vale do Paraíba e da área da Cidade de São Paulo e arredores, pois nesta última a opção de estabelecer alianças com proprietários de outras regiões foi uma estratégia largamente utilizada, especialmente através dos casamentos que uniam suas famílias com os proprietários do oeste paulista, área que desempenharia papel econômico de destaque, a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira.

Considerações finais

O estudo da família, do domicílio, da rede de parentesco e dos mecanismos de acumulação de bens dos grandes proprietários revelou padrões demográficos e comportamentos sócio-culturais específicos levando-nos a fixar alguns parâmetros distintivos deste grupo, em relação à sociedade global.

Os comportamentos diferenciais diante do casamento e da reprodução do grupo ficaram claros. Em relação ao primeiro, encontramos um duplo comportamento, diferenciado para cada sexo. Para as mulheres, confirmando empiricamente as afirmações aceitas até hoje, encontramos um padrão de casamento precoce deixavam o domicílio paterno diretamente para o casamento. Como consequência, essas mulheres passavam a maior parte de seu período mais fértil, do ponto de vista demográfico, dentro do casamento, propiciando assim, altos índices de fecundidade, embora houvesse um espaçamento grande entre os nascimentos.

Os homens, pelo contrário, casavam-se muito tardiamente, após os 30 anos. Aparentemente, este comportamento era ditado pela necessidade de se estabelecer em um domicílio independente, afastado da autoridade paterna. A saída da casa dos pais ocorria então, de forma geral, dez anos antes que o casamento se desse. Neste período, o homem iniciava sua vida em fogo independente de seus pais, com o intuito de acumular bens, que permitissem a manutenção da futura família.

A família não era grande, seu tamanho médio girava próximo dos 5 ou 6 elementos, bastante inferior ao que se esperava encontrar, com base na bibliografia tradicional.

Se a família do grande proprietário era menor do que pressupunha a historiografia tradicional, a análise do grupo doméstico também revelou não se coadunar aos modelos propostos. Encontramos, além da família

nuclear, poucos elementos livres compartilhando o domicílio do grande proprietário. De fato, a longo prazo, revelou-se uma tendência de diminuição do número de pessoas livres por fogo.

Tivemos oportunidade também de traçar, com detalhes, o perfil dos indivíduos que se agregavam ao domicílio do grande proprietário. Apresentavam, primeiramente, como característica padrão, o sua desvinculação da família. Na maioria das vezes era um indivíduo só (solteiro ou viúvo), em idade considerada ativa, e que permanecia por muito pouco tempo compartilhando o teto do grande proprietário, indicando que os agregados formavam uma categoria fluida, com grande mobilidade espacial.

O ciclo de desenvolvimento desses domicílios também apresentou uma trajetória peculiar. Partia de domicílios solitários ou sem estrutura familiar, para transformarem-se em nucleares, a partir do casamento do chefe, e novamente em domicílios solitários ou sem estrutura familiar, devido à saída dos filhos (através do casamento ou migração) e à morte de um dos cônjuges.

Outra dado importante foi a constatação de que a morte do chefe não era sucedida pela vinda de outros parentes do sexo masculino para co-residir com a viúva. Essa, em geral, assumia o lugar do marido na gestão da casa e dos bens do casal. Quando sobreviesse a morte da viúva, ela seria substituída, na chefia do domicílio por um dos filhos sobreviventes do casal, freqüentemente um filho ou filha que tivesse permanecido solteiro(a), e vivendo no domicílio até o falecimento dos pais.

A rede de parentesco e alianças entre os grandes proprietários de escravarias apresentou um comportamento com forte homogamia social e geográfica. A análise dos troncos familiares mais importantes comprovou que o casamento se dava estrategicamente entre as próprias famílias da elite, favorecendo uma concentração cada vez maior dos bens, representados principalmente por escravos e terras. Cumpre notar, entretanto, o comportamento diversificado adotado para as duas regiões analisadas no tocante à escolha do cônjuge. Enquanto as famílias do Vale do Paraíba optaram por casamentos que se davam preferencialmente na área geográfica do próprio Vale, alguns troncos familiares da região da Cidade de São Paulo e Arredores, adotaram estratégia diferenciada, reforçando os laços de aliança e parentesco com integrantes da elite do oeste paulista, área na qual floresceram grandes engenhos na época que estudamos.

As alianças que se deram, unindo as famílias da região vizinha à capital e as famílias do oeste reforçaram, não só os laços familiares existentes mas, muitas vezes, alianças comerciais.

A análise longitudinal da família e do domicílio revelou que a maioria dos indivíduos começou com escassos recursos, poucos ou nenhum escravo, dedicando-se inicialmente à lavoura de subsistência, para a partir daí, caminhar no sentido de se transformarem em tropeiros, negociantes, senhores de engenho, ou combinando estas atividades. Quanto à propriedade da terra, estas foram adquiridas, principalmente, através da compra, com uma porcentagem mínima de proprietários que as obtiveram por sesmaria, posse, ou herança.

A reconstituição das histórias de vida dessas famílias demonstrou a permanência de determinados padrões mesmo com uma mudança profunda, ao nível da produção. A organização familiar e domiciliar destes proprietários, em sua essência, não se alterou com a introdução da agricultura de exportação. Continuou baseada na família nuclear, tendendo cada vez mais a reunir sob seu teto apenas o casal e filhos, apesar do enriquecimento do proprietário que, desta forma, estaria apto a receber um maior número de dependentes sob sua responsabilidade.

Se, em nosso estudo, à primeira vista, não emergiu aquela imagem da família patriarcal, que reunia sob o teto e a autoridade do grande senhor de terras e escravos a multidão de dependentes, não quer dizer, necessariamente que ela não existisse. A nosso ver, não seria indispensável que a família e mais amplamente a parentela vivessem na mesma casa para termos caracterizada a família patriarcal desenhada por Gilberto Freyre. Ela poderia estar travestida e dissimulada no domicílio nuclear, embora toda a ideologia e simbologia da família patriarcal estivesse presente sob outras formas.

Hoje, pensamos que além de analisar a composição, estrutura e dinâmica da família e do domicílio, é necessário descobrir e compreender as redes de sociabilidade e de solidariedade que uniam os integrantes de toda a parentela pertencente à elite. Eles poderiam não viver sob o mesmo teto mas, sem dúvida, compartilhavam do sentimento de pertencer a um grupo privilegiado econômica e socialmente, distinto dos demais. Ao mesmo tempo que, certamente, compartilhariam as mesmas tradições culturais. É necessário, pois, ir além dos comportamentos demográficos e sociais. É fundamental resgatar os padrões culturais dessa elite, enriquecendo a problemática da família com novos dados qualitativos, embora eles devam ser sempre analisados à luz dos dados quantitativos e seriais existentes.

Referências bibliográficas

- ANTONIL, A.J., 1982, *Cultura e Opulência do Brasil*, 3ª ed., Belo Horizonte / Itatiaia, São Paulo / EDUSP.
- BACELLAR, C.A.P., 1987, *Os senhores da terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*, USP (Dissertação de Mestrado).
- BACELLAR, C.A.P., 1991, *Família, Herança e Poder em São Paulo: 1765-1855*, Estudos CEDHAL, nº 7.
- BALHANA, A.P. e HENRY, L., 1975, "La population du Paraná depuis le XVIIIe siècle", *Population*, nº special.
- BERKNER, L.K., 1972, "The Stem Family and the developmental cycle of the household: an eighteenth century Austrian example", *The American Historical Review*, 77, 2, april.
- BIDEAU, A., 1984, "Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais", in Marcílio, M.L., *População e Sociedade: evolução das sociedades Pré-Industriais*, Petrópolis, Vozes.
- BURMESTER, A.M.O., 1981, *Population de Curitiba au XVIIIe siècle*, Université de Montreal, PhD
- CANABRAVA, A.P., 1972a, "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67", *Revista Brasileira de Economia*, 26, 4, out./dez .
- CANABRAVA, A.P., 1972b, "A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818", *Estudos Econômicos*, 2, 6.
- COSTA, I. del N., 1979, *Vila Rica: População (1719-1826)*, Ensaios Econômicos, São Paulo, IPE/USP.
- DIAS, M.O.L.S., 1980, *Ana Gertrudes de Jesus: mulher da terra (Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX)*, S.P., USP.
- FREITAS, J.L., 1986, "Família e domicílio: uma proposta de conceituação e categorização", *Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro* (documento para discussão), IPE/USP-ANPUH, São Paulo.
- FREITAS, J.L., 1986, "O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá, 1818", in: Costa, I. del N., *Brasil: História Econômica e Demográfica*, São Paulo, IPE/USP.
- FREIYRE, G., 1981, *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal*, 21ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GUTIERREZ, H., 1987, "Economia escrava no Paraná, 1800-1830", *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, 8, 1/2, jan./dez.
- HENRY, L., 1976, "Temas de pesquisa, fontes e métodos da Demografia Histórica do Brasil", *Revista de História*, 105.
- HERRMANN, L., 1986, *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, São Paulo, IPE/USP.

- KLAPISCH, C. e DEMONET, M., 1972, "A uno pane e a uno vino: la famille rurale toscane au début du XVe siècle", *Annales E.S.C.*, jul./oct.
- LEVI, D.R., 1977, *A Família Prado*, São Paulo, Cultura 70 Livraria e Editora.
- LUNA, F.V. e COSTA, I. del N. da, 1983, "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX", *Estudos Econômicos*, 13, 1.
- MACHADO, A., 1980, *Vida e Morte do Bandeirante*, Belo Horizonte, Itatiaia / São Paulo, EDUSP.
- MARCÍLIO, M.L., 1971, "Algunos aspectos de la estructura de la fuerza del trabajo en la Capitania de São Paulo", *Anais de História*, Assis.
- MARCÍLIO, M.L., 1972, "Tendências e estrutura dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as Listas Nominativas de Habitantes", *Estudos Econômicos*, S.P., 2, 6, dez.
- MARCÍLIO, M.L., 1974, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, USP (Tese de Livre-Docência).
- MARCÍLIO, M.L., 1977, "Croissance de la population pauliste de 1798 a 1828". *Annales de Démographie Historique*.
- MARCÍLIO, M.L., 1983, "População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A província de São Paulo no final da época colonial", *Revista de História* (nova série), 114.
- MARCÍLIO, M.L., 1986, *Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*, São Paulo, Paulinas / CEDHAL.
- MATTOSO, K.Q., 1982, *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- MELLO, Manuel Cardoso de, 1780, *Divertimento Admirável*.
- METCALF, A.C., 1983a, *Families of Planters, Peasants, and Slaves: Strategies for Survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*, PhD. The University of Texas, Austin.
- METCALF, A.C., 1983b, "Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil", *Estudos Econômicos*, 13 (número special).
- MOURA, C.E.M. de, 1976, *O Visconde de Guaratinguetá, um titular do café no Vale do Paraíba*, SP, Secretaria da Cultura.
- RAMOS, D., 1975, "Marriage and Family in Colonial Vila Rica", *The Hispanic American Historical Review*, 55, 2.
- RAMOS, D., 1990, "A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838". *História e População. Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, Fundação SEADE.
- RODRIGUES, P.C., 1980, *O Caminho Novo: Povoadores do Bananal*, S.P., Governo do Estado, vol. XVIII, col. Paulística.
- ROWLAND, R., 1989, "Sistemas Matrimoniais na Península Ibérica: uma perspectiva regional", *Estudos Econômicos*, 19, 3.
- SAINT-HILAIRE, A. de, 1974, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, 1822, B.H., Ed. Itatiaia.

Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836)

- SAMARA, E.M., 1981a, "Casamento e Papéis Familiares em São Paulo no século XIX", *Cadernos de Pesquisa. Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, 37, maio.
- SAMARA, E.M., 1981b, "Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)", *Estudos Econômicos*, 11, 3.
- SCARANO, J., 1980, "Família Extensa e Escravaria", *Revista do Arquivo Municipal*, 43, 193, jan.-dez.
- SCOTT, A.S.V., 1987, *Dinâmica familiar da elite paulista 1765-1836*, São Paulo, USP (Dissertação de Mestrado).
- SCOTT, A.S.V., 1994, "Migração e Família no Vale do Paraíba, séculos XVIII e XIX", *XII Simpósio de História do Vale do Paraíba*, São José dos Campos/SP.
- SCOTT, A.S.V. e BACELLAR, C.A.P., 1990, "Sobreviver na Senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818", *História e População. Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, Fundação SEADE.
- SILVA, M.B.N., 1984. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, S.P., EDUSP.
- TAUNAY, A.E., 1948, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, IX, São Paulo.
- VALLE, M.S.:do, 1983, *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829*, USP (Tese de Doutorado).